

OceanPact Serviços Marítimos S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Período de Nove Meses Findo em
30 de Setembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
OceanPact Serviços Marítimos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da OceanPact Serviços Marítimos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OceanPact Serviços Marítimos S.A. em 30 de setembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para período de nove meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da OceanPact Serviços Marítimos S.A. em 30 de setembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Reapresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 09 de dezembro de 2020, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, que ora estão sendo reapresentadas conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2.a. Esse relatório de auditoria emitido nessa data considera essa reapresentação e substitui o relatório anteriormente emitido na data supracitada. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de serviços prestados, afretamento e locação

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5 às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas contabilizam receitas oriundas de prestação de serviços de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente à IFRS 15), considerando as seguintes etapas: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação; e (v) reconhecimento da receita. Assim, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando (ou à medida que) as obrigações de desempenho são satisfeitas com base no estágio de conclusão do contrato.

Devido à relevância das receitas de serviços prestados para as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Avaliamos o desenho dos principais controles internos relacionados ao processo de reconhecimento das receitas de serviços prestados, afretamento e locação e efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria substantivos para uma amostra de transações selecionadas, no qual concluímos sobre a ocorrência e acuracidade por intermédio de inspeção de contratos, faturas e documentos de medição da prestação de serviços emitidos pela Companhia e aprovados pelos clientes, e, quando aplicável, a liquidação financeira dos respectivos recebíveis relacionados a essas receitas reconhecidas no período corrente. Adicionalmente, realizamos testes substantivos de auditoria visando assegurar o adequado registro da receita de prestação de serviços, afretamento e locação no período correto pelo regime de competência (teste de "corte" da receita) analisando documentação suporte quanto à medição e ao período de execução dos serviços prestados.

Com base nos procedimentos de auditoria planejados e efetuados, consideramos os valores contabilizados relativos às receitas de serviços prestados, afretamento e locação aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Informações correspondentes a 30 de setembro de 2019

Os saldos e as informações correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram por nós revisados no contexto da auditoria das demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020. Dessa forma, esses saldos não foram auditados por nós ou por outro auditor independente. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

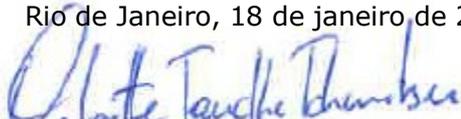
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 3T20 E 9M20



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO - 3T20 e 9M20

A Administração da OceanPact Serviços Marítimos S.A. (“Grupo”, “OceanPact” ou “Companhia”), uma empresa brasileira que desenvolve e implanta soluções seguras, eficientes e inovadoras nas áreas de meio ambiente, serviços submarinos e apoio logístico e engenharia, apresenta o seu Relatório de Desempenho referentes ao terceiro trimestre e acumulado nos nove meses de 2020 (3T20 e 9M20), acompanhado do relatório sobre a Auditoria das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, emitido pelos auditores independentes. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, estão apresentadas em Reais (R\$), seguem as normas contábeis internacionais (IFRS). As comparações referem-se aos mesmos períodos de 2019.

Destaques

- Melhor desempenho operacional da história da Companhia: **+67,9% de Receita Líquida** e **+91,4% de EBITDA**
- Incremento na **Margem EBITDA** de **3,4 p.p** (de 24,1% em set/2019 para 27,5% em set/2020)
- Aumento do **ROIC** para **20,1%** em set/2020.
- Adição de 4 embarcações à frota no acumulado de 9 meses, totalizando **24 embarcações** em set/2020
- **Acréscimo de R\$ 1,7 bilhão de backlog** (R\$ 1,1 bilhão com 11 contratos novos assinados e R\$ 600 milhões em 3 licitações vencidas com previsão de assinatura de contratos no 1T21)
- O **backlog total** da companhia passa a ser de **R\$ 2,5 bilhões** (equivalente a **3,4x o faturamento** dos últimos 12 meses)
- 2 primeiras emissões de **debêntures** da companhia no valor de **R\$ 265 milhões**
- **Redução da alavancagem:** dívida líquida/LTM EBITDA de 3,6x em dez/2019 para **2,8x em set/2020**

1. Mensagem da Administração

A Companhia vem evoluindo fortemente no seu plano de expansão, aproveitando o momento positivo de crescimento de demanda no mercado de apoio marítimo no Brasil.



Foram adicionadas 4 novas embarcações "high spec" à frota no segmento Subsea do tipo RSV (ROV support vessel), que operam ROVs (Remotely operated vehicle) - robôs submarinos para inspeção, manutenção e reparo de estruturas em até 3 mil metros de profundidade. Estas 4 embarcações entraram em 4 novos contratos de 3 anos firmes, podendo ser estendidos por mais 1, com a Petrobras. Destas 4 embarcações, 2 foram adquiridas (Parcel das Timbebas e Parcel das Paredes) e 2 estão afretadas com opção de compra e venda (Parcel do Bandolim e Parcel dos Meros). Desta forma, encerramos o terceiro trimestre do ano com 24 embarcações em nossa frota.

Neste mesmo período, foi renovado um importante contrato de serviços de monitoramento ambiental com a Petrobras através de uma nova licitação. Este contrato estava em vigor desde 2015 e foi agora renovado por mais 4 anos com um backlog de R\$ 234 milhões.

Também foram assinados 6 novos contratos com os clientes Exxon, Karoon (2 contratos), AET, Petrório e Trident, 2 deles para as embarcações do tipo OSRV (Oil Spill Recovery Vessel), Martin Vaz e Didi-K, no valor de R\$ 72 milhões, 1 para embarcação PSV (Plataform Supply Vessel) Ilha de São Sebastião, no valor de R\$ 76 milhões, e 3 contratos de serviços de Oil Spill com backlog de R\$ 82 milhões, conforme a tabela abaixo.

11 novos contratos adicionados ao backlog

Contratos	Tipo	Segmento	Cliente	Diária USD mil	Valor Contrato BRL MM	Data de Início	Prazo (anos)
Linha de Negócio: Embarcações					751		
Parcel das Timbebas	RSV	Subsea	Petrobras	36,4	115	2T20	2
Parcel das Paredes	RSV	Subsea	Petrobras	26,6	152	4T20	3 + 1
Parcel do Bandolim	RSV	Subsea	Petrobras	29,5	168	1T21	3 + 1
Parcel dos Meros	RSV	Subsea	Petrobras	29,5	168	1T21	3 + 1
Ilha de São Sebastião	PSV	Logística	Petrório	14,6	76	2T20	1
Martin Vaz	OSRV	Ambiental	Karoon	13,9	51	2T20	2
Didi - K	OSRV	Ambiental	AET	15,9	21	1T20	1
Linha de Negócio: Serviços					316		
Ocean Stalwart	RV	Ambiental	Petrobras	serviços	234	1T21	4
3 Contratos de Serviços	Oil Spill	Ambiental	Exxon, Karoon e Trident	serviços	82	2T20 e 4T20	2 e 4
Total					1.067		



3 Novas Licitações

A Companhia venceu 3 novas licitações da Petrobras para embarcações "high spec" no segmento ambiental em novembro de 2020. As negociações finais estão em andamento, as assinaturas contratuais estão previstas para o 1T21 e o início das operações comerciais no 3T21. Estes 3 contratos adicionarão as 2 primeiras embarcações do tipo AHTS-TO (Anchor Handling Tug Supply) - embarcação de manutenção e limpeza de mangotes de terminais offshore, e 1 OSRV 66 (Oil Spill Recovery Vessel) - embarcação veloz de resposta rápida a emergência ambiental, para a frota da companhia. Os 3 contratos são de 4 anos firmes, podendo ser estendidos por mais 1, e totalizam um backlog de R\$ 605 milhões, conforme a tabela abaixo.

Embarcação	Tipo	Segmento	Cliente	Diária USD mil	Valor Contrato BRL MM	Data de Início	Prazo (anos)
Linha de Negócio: Embarcações							
Skandi Saigon	AHTS TO	Ambiental	Petrobras	31,2	236	3T21	4 + 1
Skandi Peregrino	AHTS TO	Ambiental	Petrobras	31,2	236	3T21	4 + 1
John Mcall	OSRV 66	Ambiental	Petrobras	17,8	133	3T21	4 + 1
Total					605		

Desempenho financeiro

No lado financeiro, tivemos no 9M20 o melhor desempenho operacional da história da OceanPact, atingindo receita líquida de R\$ 486,0 milhões e EBITDA de R\$ 133,5 milhões, crescimento de 67,9% e 91,4% respectivamente, comparado com o mesmo período do ano anterior.

Também temos trabalhado para a melhora da estrutura de capital da Companhia. Encerramos o período com uma posição de caixa robusta de R\$ 260,4 milhões, proveniente das duas emissões de debêntures realizadas em setembro de 2020, com captação de R\$ 265,0 milhões (prazo de 5 anos com 1 ano de carência e taxa de CDI + 5,5%), sendo R\$ 204,0 milhões na primeira debênture e R\$ 61,0 milhões na segunda. Deste montante, R\$ 249,4 milhões foram desembolsados em set/2020 e o R\$ 15,6 milhões em out/2020. Cerca de R\$ 108,5 milhões destes recursos foram utilizados para alongar a dívida existente e R\$ 156,5 milhões para fazer frente às necessidades de capex com os novos RSVs.

Em abril de 2020 assinamos o *standstill* do empréstimo com o BNDES, que representou uma economia de aproximadamente R\$ 18,7 milhões em juros e principal durante 6 meses, como parte do programa governamental de financiamento da cadeia produtiva durante a crise do Covid-19.



Através da melhoria de sua performance operacional, com a entrada de novos contratos com margens mais altas e com a valorização do dólar frente ao real, obtivemos um incremento na Margem EBITDA de 3,4 p.p (de 24,1% em set/2019 para 27,5% em set/2020). O ROIC da Companhia cresceu para 20,1% na posição de set/2020 (últimos 12 meses) frente à 8,2% em dez/2019. Esta melhoria de performance da companhia reduziu a alavancagem (dívida líquida / LTM EBITDA) de 3,6x em dez/2019 para 2,8x em set/2020.

2. Principais indicadores

Destaques Financeiros / Operacionais (em R\$ milhões, exceto %)	9M20	9M19	% Var	2019	2018	2017
Receita líquida	486,0	289,4	67,9%	443,2	301,3	170,7
EBITDA	133,5	69,7	91,4%	103,6	60,7	47,4
Margem EBITDA	27,5%	24,1%	3,4%	23,4%	20,1%	27,8%
Dívida Bruta	724,3	346,7	108,9%	425,6	271,3	206,7
Caixa e títulos e valores mobiliários	260,4	44,9	480,0%	51,1	22,4	36,8
Dívida Líquida	463,9	301,8	53,7%	374,4	248,9	169,9
Dívida líquida /EBITDA LTM	2,8	3,7	-23,6%	3,6	4,1	3,6
Patrimônio Líquido	176,0	147,7	19,2%	150,4	147,6	155,9
Capex	116,8	39,5	195,5%	80,6	45,8	17,2
Frota de embarcações	24	20	20,0%	20	15	14
ROIC	20,1%	n.a.	n.a.	8,2%	7,7%	5,2%
Colaboradores	1.687	1.649	2,3%	1.739	1.393	531

3. Receita Líquida e EBITDA

No acumulado de 9 meses de 2020, a **Receita Líquida** atingiu R\$ 486,0 milhões, aumento de 67,9% em relação ao mesmo período de 2019 em que a receita líquida foi de R\$ 289,4 milhões.

Com relação ao **EBITDA**, o crescimento obtido foi de 91,4%, saindo de R\$ 69,7 milhões para R\$ 133,5 milhões, com aumento de margem EBITDA em 3,4 p.p. (de 24,1% para 27,5%).

Tal crescimento, tanto da Receita Líquida quando do EBITDA e Margem EBITDA foi possível devido a (i) entrada de novos contratos, principalmente nos segmentos de Subsea e Meio Ambiente com margem mais alta, com 4 embarcações adicionadas a frota, sendo 2 adquiridas no segundo semestre de 2019, 1 adquirida no primeiro semestre de 2020 e 1 afretada no primeiro trimestre de 2020, (ii) variação cambial com a valorização do dólar frente ao real, (iii) serviços de emergência ambiental e (iv) consolidação integral das investidas OceanPact Geociências Ltda. ("GEO") e OceanPact Maritime Limited ("OML"), após aquisição de controle em 4 de novembro de 2019.

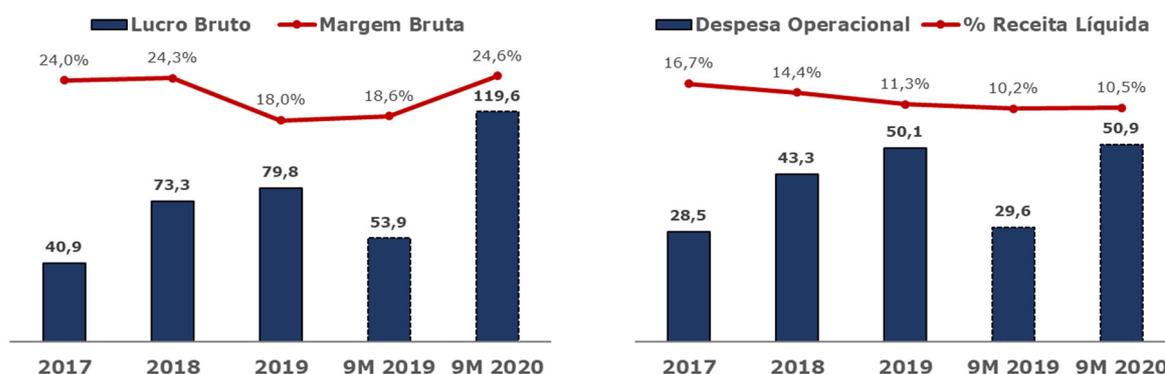




4. Lucro Bruto e Despesa Operacional

No acumulado de 2020, o **Lucro Bruto** atingiu R\$ 119,6 milhões, evolução de 121,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto a margem bruta saiu de 18,6% para 24,6%, devido à mudança no mix de receita de contratos com margens maiores.

As **Despesas Operacionais** aumentaram em linha com a receita no período de nove meses findos em set/2020, mantendo o percentual de 10,5% sobre a receita líquida, quando comparada com os nove meses de 2019. Ao compararmos com os 3 anos anteriores, verificamos um aumento de produtividade, com a redução de 6,2 p.p. em 2020 versus 2017 (de 16,7% para 10,5%).



5. Análise por Segmento

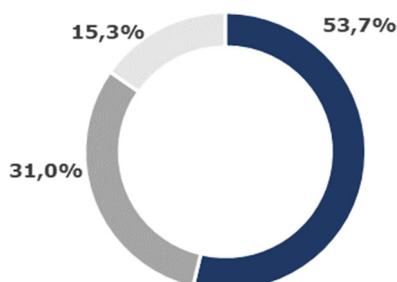
A Companhia atua em 3 segmentos por área de atuação: ambiental, subsea e logística e engenharia, e duas linhas de negócio: (i) Embarcações, e (ii) Serviços/Equipamentos.

- Segmento Ambiental:** Apresentou crescimento expressivo, de 51,5% em relação ao mesmo período de 2019, motivado pela adição de uma embarcação afretada em mar/2020 (Didi-K) e pelo atendimento a emergências ambientais que adicionaram R\$ 36 milhões à Receita. No final do período de nove meses de 2020, o segmento ambiental representou 53,7% da receita líquida.
- Segmento Subsea:** Experimentou crescimento expressivo, em linha com a estratégia de expansão da Companhia. Saiu de 3,5% de participação na receita nos 9M19 para 31,0% nos 9M20. Esse crescimento é explicado pelo início de operação de 3 embarcações do tipo RSV, Parcel das Paredes, Parcel do Bandolim e Austral Abrolhos.
- Segmento de Logística e Engenharia:** Redução na receita do período, se comparado ao mesmo período de 2019, devido ao fim do contrato da embarcação Ilha de Cabo Frio e ao término de uma obra civil na Servmar no 2T20.

Receita Líquida (em R\$ milhões)	9M20	9M19	% Var	2019	2018	2017
Receita Líquida Total	486,0	289,4	68%	443,2	301,3	170,7
Ambiental	261,1	172,4	52%	255,0	219,4	121,9
Embarcações Ambiental	140,0	98,6	42%	131,0	123,1	100,5
Serviços Ambiental	121,2	73,8	64%	123,9	96,3	21,5
Subsea	150,6	10,1	1386%	46,4	0,0	0,0
Embarcações Subsea	119,1	10,1	1080%	42,9	0,0	0,0
Serviços Subsea	31,5	0,0	73927%	3,5	0,0	0,0
Logística e Engenharia	74,3	106,9	-31%	141,8	81,9	48,7
Embarcações Logística e Engenharia	43,7	51,4	-15%	68,6	51,5	48,7
Serviços Logística e Engenharia	30,6	55,6	-45%	73,2	30,4	0,0

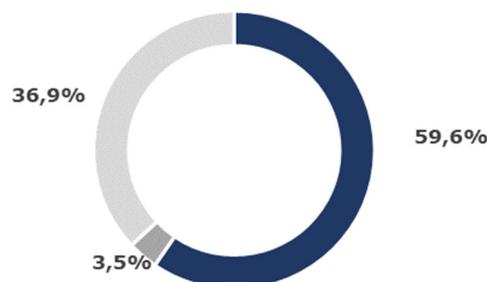


Receita Líquida 9M20 por segmento



■ Ambiental ■ Subsea ■ Logística e engenharia

Receita Líquida 9M19 por segmento



■ Ambiental ■ Subsea ■ Logística e engenharia

6. Análise por Linha de Negócio

A Companhia possui duas linhas de negócios: (i) embarcações e (ii) Serviços/Equipamentos, que permeiam os 3 segmentos.

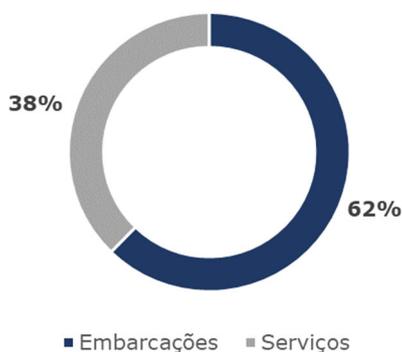
Embarcações: A Receita líquida de embarcações cresceu 89% (saindo de R\$ 160,1 milhões para R\$ 302,7 milhões) e o EBITDA cresceu 72% (saindo de R\$ 49,9 milhões para R\$ 85,6 milhões), ambos em função do aumento da frota em serviço e do crescimento da diária média (ver análise no tópico abaixo). Quanto à Margem EBITDA, ocorreu uma queda de 2,9 p.p., em função da queda na taxa de ocupação que resultou em mais dias de embarcação parada com custo fixo e sem receita atrelada.

Serviços: A Receita Líquida de Serviços cresceu 42% (saindo de R\$ 129,4 milhões para R\$ 183,3 milhões) e o EBITDA cresceu 143% (saindo de R\$ 19,7 milhões para R\$ 47,9 milhões) com aumento de 10,9 p.p. na Margem EBITDA. Este crescimento expressivo se deveu a: (i) consolidação das aquisições feitas em 2019, (ii) atendimento à emergência ambiental no ano de 2020 (iii) venda de equipamentos de Oil Spill que afetou apenas o EBITDA e a Margem EBITDA.

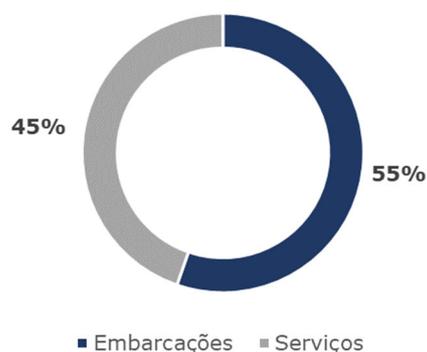


Resultado por Linha de Negócio (em R\$ milhões, exceto %)	Embarcações			Serviços			Consolidado		
	9M20	9M19	% Var	9M20	9M19	% Var	9M20	9M19	% Var
Receita líquida	302,7	160,1	89%	183,3	129,4	42%	486,0	289,4	67,9%
Custo dos serviços	(216,3)	(128,4)	68%	(150,2)	(107,1)	40%	(366,4)	(235,5)	56%
Lucro Bruto	86,5	31,7	173%	33,1	22,3	49%	119,6	53,9	122%
Margem Bruta	28,6%	19,8%		18,1%	17,2%		24,6%	18,6%	
Despesas gerais e administrativas	(23,9)	(15,8)	52%	(27,0)	(13,8)	96%	(50,9)	(29,6)	72%
Outras receitas e despesas operacionais	1,1	(0,6)	n.a.	8,8	(0,9)	n.a.	9,9	(1,5)	n.a.
Equivalência patrimonial	0	0	0%	1,8	1,3	40%	1,8	1,3	40%
EBIT	63,7	15,3	316%	16,7	8,8	89%	80,3	24,2	233%
Depreciação	21,9	34,6	-37%	31,2	11,0	185%	53,2	45,5	17%
EBITDA	85,6	49,9	72%	47,9	19,8	142%	133,5	69,7	91,4%
Margem EBITDA	28,3%	31,2%		26,1%	15,3%		27,5%	24,1%	

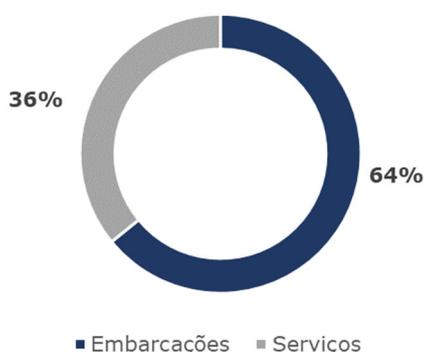
Receita Líquida 9M20 por Linha de Negócio



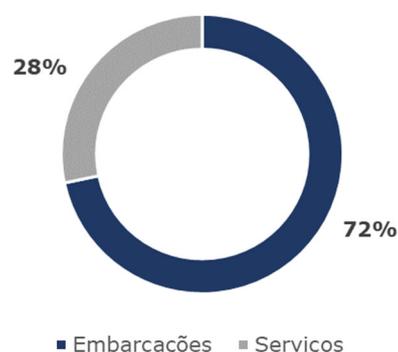
Receita Líquida 9M19 por Linha de Negócio



EBITDA 9M20 por Linha de Negócio



EBITDA 9M19 por Linha de Negócio



Análise das Diárias médias e Taxa de Ocupação das embarcações

Diária líquida média: Nos 9 meses de 2020, a Companhia obteve crescimento de 53% da sua diária líquida média (passando de R\$ 57,9 mil para R\$ 88,5 mil), em função da entrada em operação de embarcações “high spec” com diárias mais elevadas (RSV Parcel das Paredes, RSV Parcel das Timbebas e MPSV Austral Abrolhos).

Número de Dias em Operação: O número de dias em operação cresceu 24% (de 2750 dias para 3416 dias) em função crescimento do número de embarcações em serviço.

Taxa de ocupação: Teve uma queda de 10 p.p. (de 94,9% para 84,8%) pelo atraso da entrada em operação e downtime de algumas embarcações em função da pandemia, além do intervalo necessário para a customização e mobilização de algumas embarcações para os novos contratos.



Nota 1: Dados operacionais acima não contemplam as 4 embarcações de pequeno porte que se encontram paradas (Célia, Clarisse, Norte II e Marimar, que representam 754 toneladas ou 2% da tonelagem da frota)

Nota 2: “Dias disponíveis” considera o potencial de dias trabalháveis com 100% de “taxa de ocupação”, “dias em operação” equivale a o número total de dias efetivamente trabalhados, “taxa de ocupação” = “dias em operação” / “dias disponíveis”, “diária média” = “Receita Líquida de embarcações” / “dias em operação”

7. Investimentos

Nos nove meses de 2020, a Companhia investiu R\$ 116,8 milhões, 3 vezes o valor do mesmo período do ano anterior.

Aquisição de Equipamentos: R\$ 58,1 milhões (50%), incluindo aquisição de equipamentos de Oil Spill Offshore (Current Buster), equipamentos de levantamento de dados oceanográficos, e inovação

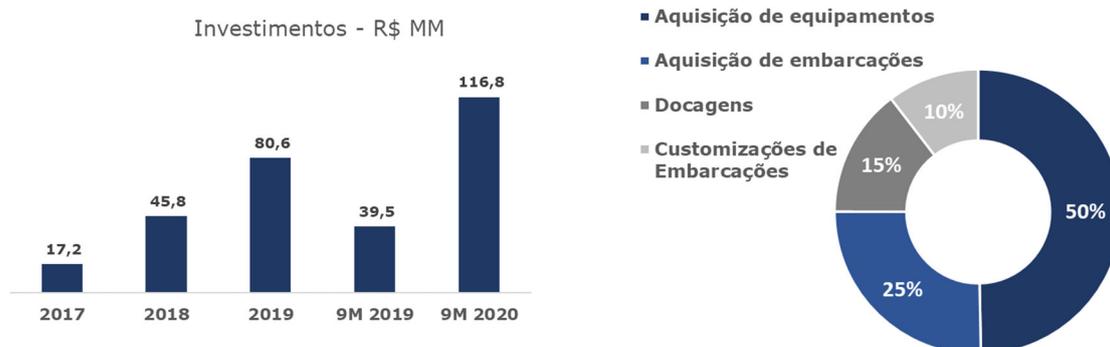


Aquisição de Embarcações: R\$ 29,6 milhões (25%) referente à compra do Sealion Amazônia (atual Parcel das Timbebas) e parte da aquisição do Seabulk Angra e Seabulk Brasil (atuais Ilha de São Sebastião e Ilha de Cabo Frio).

Customizações de Embarcações: R\$ 12,1 milhões (10%) concentrados no Parcel das Paredes.

Docagens: R\$ 17,0 milhões (15%) referentes às embarcações Parcel das Timbebas, Martin Vaz, Ilha de São Sebastião e Ilha de Cabo Frio

Para os próximos dois trimestres, a previsão é de aceleração de CAPEX de customização das novas embarcações que entraram na frota.



8. Endividamento

A OceanPact encerrou o 3º trimestre de 2020 com dívida bruta de R\$ 724,3 milhões, aumento de R\$ 298,7 milhões em relação ao final de 2019 devido a emissão de R\$ 265,0 milhões em debêntures (R\$ 249,4 milhões foram desembolsados em set/2020 e o R\$ 15,6 milhões em out/2020), R\$ 104,7 milhões em novas captações, R\$ 84,5 milhões de variação cambial sobre a dívida em dólar e R\$ 18,7 milhões referente ao *standstill* do financiamento com o BNDES. Além de garantir o caixa para os investimentos futuros, as debêntures alongaram a dívida da Companhia, agora com 88% no longo prazo.

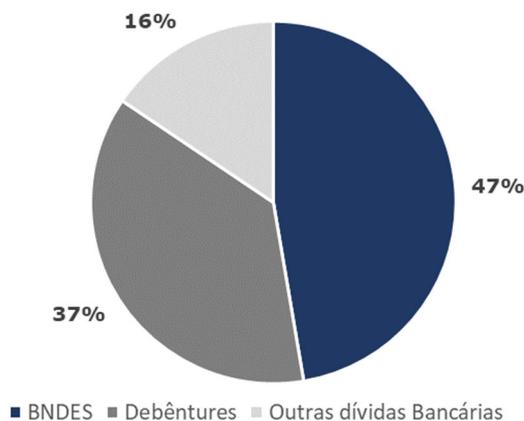
A posição de caixa de R\$ 260,4 milhões no final de set/2020, demonstra a solidez e liquidez da Companhia. Esse marco foi muito importante, em função da pandemia e do momento de pouca liquidez no mercado. Seguimos dentro do planejamento para suportar o plano de investimentos e crescimento da Companhia.



A dívida líquida em set/2020 atingiu R\$ 463,9 milhões, aumento de R\$ 89,4 milhões nos 9 meses de 2020. O índice de alavancagem (dívida líquida/EBITDA LTM) do final do período foi de 2,8x, uma redução de 0,8x em relação ao índice do final de 2019 devido a melhoria da performance operacional com a adição de novos contratos, que impulsionaram o EBITDA no período.

Endividamento (em R\$ milhões, exceto %)	9M20	2019	2018	2017
Dívida Bruta	724,3	425,6	271,3	206,7
Curto Prazo	94,8	92,8	38,9	17,9
Longo Prazo	629,5	332,7	232,4	188,8
% Curto Prazo	13%	22%	14%	9%
% Longo Prazo	87%	78%	86%	91%
Caixa e equivalentes (*)	(260,4)	(51,1)	(22,4)	(36,8)
Dívida Líquida	463,9	374,4	248,9	169,9
Arrendamentos de Curto e Longo prazo	78,2	30,6	9,0	1,8
Dívida Líquida Bancária	385,6	343,8	239,9	168,1
EBITDA últimos 12 meses	167,3	103,6	60,7	47,4
Dívida Líquida/EBITDA	2,8	3,6	4,1	3,6

Breakdown da Dívida Bancária Bruta



Dívida Bruta Total: R\$ 646 milhões

BNDES: R\$ 306 milhões com vencimentos até 2031, custo de USD + 3,5%

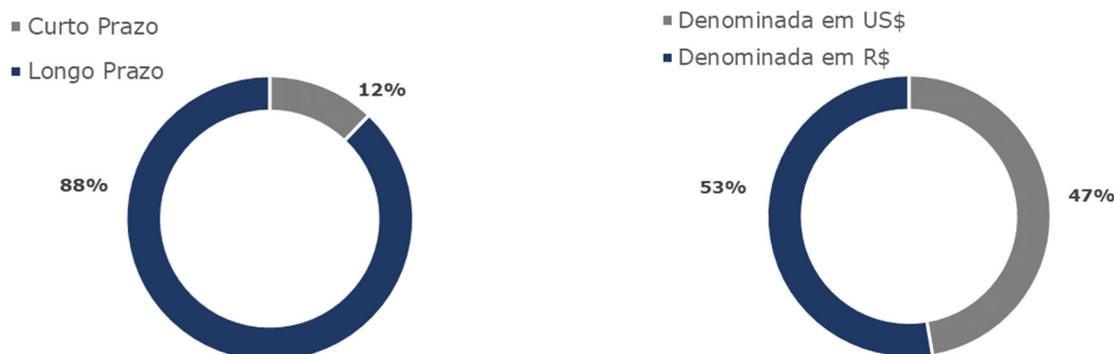
Debêntures: R\$ 240 milhões com 1 ano de carência e vencimentos até 2025, custo de CDI + 5,5%

Outras dívidas Bancárias: R\$ 100 milhões com vencimentos até 2023, custo médio de CDI + 4,5%

A OceanPact possui R\$ 306 milhões (47%) de seu endividamento bancário em dólar com o BNDES/FMM com vencimento de longo prazo até 2031. Apesar da variação contábil do estoque da dívida associada a variação cambial, a Companhia busca se manter neutra no seu fluxo de caixa ao equilibrar receitas e desembolsos em dólar (receita vs opex, capex e serviço da dívida).



Enquanto o custo médio das dívidas em dólar é de USD+3,5% a.a., os empréstimos em reais, em sua maioria, têm um custo entre CDI+4 a 6% a.a..



Após 30 de setembro, a Companhia captou R\$ 50 milhões em 5 operações com bancos comerciais, com prazos de 3 a 5 anos, carências de 8 a 12 meses e custo médio de CDI + 4,4% a.a..

9. COVID 19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou que o surto de COVID-19, causado pelo coronavírus Sars-Cov-2, configura uma pandemia. A pandemia, até a data de emissão deste relatório, demonstrou ter impactos relevantes e condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimento global. A OceanPact vem unindo esforços para planejar e implementar ações de combate à COVID-19. As principais ações tomadas pela Companhia e suas investidas foram:

- Rápida ativação do Comitê de Crise COVID-19 com reuniões diárias;
- Estabelecimento de rigorosos protocolos para trabalho nas embarcações, bases portuárias, estaleiros, e escritórios, bem como para os pré-embarques, pós-embarque e deslocamentos;
- Compras e disponibilização de equipamentos de proteção individual específicos, itens de higienização e equipamentos clínicos para os colaboradores em suas atividades, bem como nos casos de isolamento (disponibilização de álcool gel, distribuição de máscaras de proteção e medição de temperatura dos empregados);
- Criação do "Projeto Granja Comary", com seis pousadas dedicadas para realização de quarentena pré-embarque das tripulações, incluindo distribuição de kits de higiene, alimentação e limpeza, e acompanhamentos clínico e nutricionais diários;
- Realização de mais de 4.000 testes para controle de COVID-19 (PCR, sorológico, rápidos e antígeno) em colaboradores, fornecedores e parceiros;
- Ampliação do período de embarque, aumentando a segurança da tripulação;



-
- Disponibilidade de médico dedicado para atendimentos e orientações específicas de COVID-19 para colaboradores;
 - Monitoramento da saúde dos colaboradores com instalação de Sala de Situação COVID-19, 24 horas por dia, 7 dias na semana, e disponibilização de Painel de Controle para o Comitê de Crise e Diretorias;
 - Intensificação da comunicação com colaboradores para compartilhamento de informações qualificadas e orientações, a partir de distribuição de comunicados, cartilhas, vídeos e *webinários*;
 - Implementação da Central de Saúde, para apoio clínico e emocional 24 horas por dia, 7 dias na semana, para colaboradores e dependentes;
 - Implementação de Programa de Ação Unificada pela Saúde (P.A.U.S.A.), com profissionais de saúde, realizando aulas remotas de atividades físicas e de atenção plena, 3 vezes por dia; e
 - Realização de rodas de conversa para gestão de clima dos colaboradores.

A OceanPact prontamente determinou regime remoto de trabalho para os colaboradores e foi pioneira no estabelecimento de protocolos. Até a data deste relatório, poucos de seus colaboradores foram contaminados pela COVID-19.

A eficácia das ações implementadas permitiu a manutenção das atividades da Companhia e suas investidas, do orçamento previsto para o ano, sem perda de receita relevante, apesar de o cenário se tornar absolutamente adverso. Desta forma, a Administração da OceanPact, com base no exercício de seu melhor julgamento, entendeu não ser necessária a constituição de provisões contábeis proporcionadas por incertezas e riscos de perdas futuras relacionadas à COVID 19 em suas operações.

Os eventos e condições geradas pela disseminação da COVID 19 não geraram incertezas relacionadas à continuidade operacional da Companhia, *impairment* de ativos não financeiros, realização dos tributos diferidos, de itens do ativo não circulante, imobilizado, estoques, intangível e contas a receber junto a terceiros/clientes e não houve a necessidade de revisão geral do plano orçamentário da OceanPact e suas controladas, para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 e exercícios posteriores.



10. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, datada de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que a política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a autonomia do auditor independente. Esses princípios, internacionalmente aceitos, consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Nesse sentido, para o período de 9 (nove) meses encerrado em 30 de setembro de 2020, os serviços dos auditores ocorreram conforme descrito a seguir: As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as informações financeiras trimestrais consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. A remuneração total aos auditores referente aos trabalhos de 2020 foi de R\$ 2.539 mil mais impostos.

11. Agradecimentos

A Administração da OceanPact agradece o apoio de seus acionistas, colaboradores, prestadores de serviços, clientes, fornecedores e instituições financeiras, e a dedicação de todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para o resultado alcançado nesses nove meses de 2020.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2021.



OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	181.130	12.144	226.962	44.008
Clientes	7	49.655	69.641	88.426	114.776
Estoques	8	1.992	-	3.886	730
Dividendos a receber	15	2.615	2.801	389	746
Tributos a recuperar	9	6.522	6.841	15.233	13.643
Outros valores a receber	12	10.780	11.876	14.684	17.284
Total do ativo circulante		<u>252.694</u>	<u>103.303</u>	<u>349.580</u>	<u>191.187</u>
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	26.704	1.027	33.464	7.100
Tributos a recuperar	9	335	335	1.571	1.553
Depósitos judiciais	10	2.571	2.571	3.310	3.249
Tributos diferidos	11	17.104	11.015	67.050	33.288
Outros valores a receber	12	4.933	716	9.916	3.889
Empréstimos a partes relacionadas	25	28.090	1.390	1.388	1.470
Empréstimos a terceiros	13	-	5.920	-	5.920
Investimentos	14	209.476	187.135	4.138	3.706
Direito de uso	16	45.784	24.116	76.488	27.884
Imobilizado	17	150.905	102.157	509.713	409.124
Intangível	18	822	931	10.716	6.647
Total do ativo não circulante		<u>486.724</u>	<u>337.313</u>	<u>717.754</u>	<u>503.830</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>739.418</u>	<u>440.616</u>	<u>1.067.334</u>	<u>695.017</u>
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Obrigações com pessoal		33.061	18.239	51.935	31.682
Fornecedores	19	30.833	29.929	44.028	49.962
Empréstimos e financiamentos	21.1	30.024	45.928	67.822	86.050
Debentures a pagar	21.2	11.786	-	11.786	-
Passivo de arrendamento	22	10.797	7.411	15.161	6.771
Tributos a recolher		30.010	6.879	36.941	10.705
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	26.d	13.837	13.519	13.837	13.525
Outras obrigações	24	1.141	8.886	5.293	7.289
Total do passivo circulante		<u>161.489</u>	<u>130.791</u>	<u>246.803</u>	<u>205.984</u>
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	21.1	57.347	81.301	338.265	308.904
Debentures	21.2	228.193	-	228.193	-
Passivo de arrendamento	22	40.889	22.011	63.066	23.829
Empréstimos de partes relacionadas	25	66.743	50.743	-	38
Tributos a recolher		4.559	2.227	9.126	2.227
Tributos diferidos	11	-	-	689	492
Provisão para perda em investimentos	14	1.155	-	1.155	-
Outras obrigações	24	3.039	1.798	3.654	1.419
Provisão para riscos	20	54	1.356	433	1.735
Total do passivo não circulante		<u>401.979</u>	<u>159.436</u>	<u>644.581</u>	<u>338.644</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	26.a	42.999	34.567	42.999	34.567
Ações em tesouraria	26.a	(6.180)	-	(6.180)	-
Reservas de capital	26.b	83.589	83.589	83.589	83.589
Reservas de lucros	26.c	4.240	21.102	4.240	21.102
Outros resultados abrangentes	26.f	51.302	11.131	51.302	11.131
Total do patrimônio líquido		<u>175.950</u>	<u>150.389</u>	<u>175.950</u>	<u>150.389</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>739.418</u>	<u>440.616</u>	<u>1.067.334</u>	<u>695.017</u>

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras intermediárias.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)

	Notas explicativas	Controladora				Consolidado			
		01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Receita líquida	27	89.294	54.265	305.627	155.889	156.441	99.326	486.044	289.447
Custo dos serviços	29	(73.866)	(46.921)	(223.857)	(127.230)	(120.399)	(81.968)	(366.449)	(235.508)
Lucro bruto		15.428	7.344	81.770	28.659	36.042	17.358	119.595	53.939
Despesas gerais e administrativas	29	(12.970)	(5.823)	(30.695)	(13.685)	(19.418)	(11.059)	(50.941)	(29.552)
Equivalência patrimonial	14	(1.667)	(8.419)	(40.786)	(9.651)	(216)	2.351	1.755	1.253
Outras receitas e despesas operacionais	30	1.276	(223)	721	(381)	419	(719)	9.905	(1.486)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		2.067	(7.121)	11.010	4.942	16.827	7.931	80.314	24.154
Receitas financeiras	31	2.183	5.375	5.232	9.362	16.327	9.174	21.238	31.267
Despesas financeiras	31	(9.297)	(4.747)	(20.504)	(13.597)	(38.262)	(27.673)	(129.857)	(56.634)
Resultado financeiro		(7.114)	628	(15.272)	(4.235)	(21.935)	(18.499)	(108.619)	(25.367)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(5.047)	(6.493)	(4.262)	707	(5.108)	(10.568)	(28.305)	(1.213)
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social corrente	32	-	(4)	(18.621)	(2.349)	(2.758)	(534)	(24.052)	(3.432)
Imposto de renda e contribuição social diferido	32	1.003	(899)	6.021	(3.718)	3.822	3.706	35.495	(715)
		1.003	(903)	(12.600)	(6.067)	1.064	3.172	11.443	(4.147)
Prejuízo do período	26.c	(4.044)	(7.396)	(16.862)	(5.360)	(4.044)	(7.396)	(16.862)	(5.360)
Resultado básico por ação (R\$) - Reapresentado	26.e	(0,03)	(0,06)	(0,14)	(0,04)	(0,03)	(0,06)	(0,14)	(0,04)
Resultado diluído por ação (R\$) - Reapresentado	26.e	(0,03)	(0,06)	(0,14)	(0,04)	(0,03)	(0,06)	(0,14)	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras intermediárias.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora				Consolidado			
		01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Prejuízo do período		(4.044)	(7.396)	(16.862)	(5.360)	(4.044)	(7.396)	(16.862)	(5.360)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado									
Ajustes acumulados de conversão	26.f	4.157	3.766	40.171	4.174	4.157	3.766	40.171	4.174
Resultado abrangente do período		<u>113</u>	<u>(3.630)</u>	<u>23.309</u>	<u>(1.186)</u>	<u>113</u>	<u>(3.630)</u>	<u>23.309</u>	<u>(1.186)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras intermediárias.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital de ágio	Reserva de lucros		Lucros/prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
					Legal	Investimento			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		34.567	-	83.589	980	19.074	-	9.382	147.592
Prejuízo do período	26.c						(5.360)		(5.360)
Outros resultados abrangentes	26.f							4.174	4.174
Resultado abrangente total do período		-	-	-	-	-	(5.360)	4.174	(1.186)
Absorção de prejuízos do período	26.c					(5.360)	5.360		-
		-	-	-	-	(5.360)	5.360	-	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019		34.567	-	83.589	980	13.714	-	13.556	146.406
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		34.567	-	83.589	980	20.122	-	11.131	150.389
Incorporação reversa da Tinharé Participações S.A.	26.a	8.432	(8.432)	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	26.a	-	2.252	-	-	-	-	-	2.252
Prejuízo do período	26.c						(16.862)		(16.862)
Outros resultados abrangentes	26.f							40.171	40.171
Resultado abrangente total do período		-	-	-	-	-	(16.862)	40.171	23.309
Absorção de prejuízos do período	26.c					(16.862)	16.862		-
		-	-	-	-	(16.862)	16.862	-	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020		42.999	(6.180)	83.589	980	3.260	-	51.302	175.950

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras intermediárias.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do período		(16.862)	(5.360)	(16.862)	(5.360)
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	29	23.436	30.632	53.162	45.587
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	32	12.600	6.067	(11.443)	4.147
Resultado da equivalência patrimonial	14	40.786	9.651	(1.755)	(1.253)
Despesas e receitas com juros e variações cambiais, líquidas	31	14.112	4.711	106.886	25.725
Provisão para riscos	20	(1.302)	-	(1.302)	-
Ganho na venda de imobilizado	30	-	-	(10.444)	(882)
Despesa com concessão de ações a executivos	26.a	2.252	-	2.252	-
Outros ajustes ao lucro		(258)	(310)	2.885	4.714
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Clientes	7	19.534	(894)	27.525	(1.224)
Estoque	8	(1.992)	-	(3.156)	54
Tributos a recuperar	9	319	(2.326)	(791)	(2.318)
Depósitos judiciais	10	-	(271)	(61)	(309)
Outros valores a receber	12	(3.122)	(242)	(2.571)	(8.196)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Obrigações com pessoal		14.822	1.678	20.253	3.653
Fornecedores	19	(966)	(2.513)	(10.582)	(1.125)
Tributos a recolher		6.800	(3.495)	10.153	(6.342)
Outras obrigações	24	(6.583)	(636)	(773)	(262)
Caixa gerado pelas operações		103.576	36.692	163.376	56.609
Juros pagos - empréstimos e financiamentos	21	(7.841)	(2.687)	(14.767)	(12.695)
Juros pagos - arrendamentos	22	(1.909)	(1.764)	(2.492)	(2.253)
IRPJ e CSLL pagos		(26)	(271)	(26)	(529)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		93.800	31.970	146.091	41.132
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aporte de capital investidas	14	(17.390)	(2.500)	-	-
Empréstimos concedidos às partes relacionadas	25	(26.819)	(27.707)	82	(117)
Empréstimos liquidados pelas partes relacionadas	25	649	7.461	-	-
Resgate em títulos e valores mobiliários	6	(25.677)	(258)	(26.364)	(258)
Adiantamentos concedidos a terceiros		-	-	-	(281)
Recebimento de dividendos	15	1.352	-	2.600	-
Aquisição de imobilizado	17	(62.037)	(18.205)	(115.023)	(38.930)
Aquisição de intangível	18	(313)	(108)	(1.807)	(604)
Caixa recebido na aquisição de controle	14.1	-	-	723	-
Caixa recebido na venda de imobilizado	30	-	-	21.675	4.220
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(130.235)	(41.317)	(118.114)	(35.970)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	21	329.667	52.629	344.456	61.035
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	21	(132.527)	(16.536)	(181.019)	(31.164)
Pagamentos de arrendamentos	22	(7.719)	(9.970)	(8.422)	(12.759)
Captação de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	25	16.000	-	-	1.822
Pagamentos de empréstimos a partes relacionadas	25	-	(1.600)	(38)	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos		-	(1.900)	-	(1.900)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		205.421	22.623	154.977	17.034
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		168.986	13.276	182.954	22.196
Saldo inicial		12.144	8.123	44.008	16.822
Saldo final		181.130	21.399	226.962	39.018
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		168.986	13.276	182.954	22.196

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras intermediárias.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
RECEITAS					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	27	342.678	173.737	556.680	322.240
Outras receitas		343.106	173.690	546.903	321.791
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	7	-	-	10.444	-
		(428)	47	(667)	449
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	29	(109.593)	(46.720)	(175.678)	(83.933)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	29	(31.302)	(20.031)	(60.654)	(26.007)
		(78.291)	(26.689)	(115.024)	(57.926)
VALOR ADICIONADO BRUTO		233.085	127.017	381.002	238.307
DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	29	(23.436)	(30.632)	(53.162)	(45.587)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		209.649	96.385	327.840	192.720
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial		(35.554)	(289)	22.993	32.520
Receitas financeiras	31	(40.786)	(9.651)	1.755	1.253
		5.232	9.362	21.238	31.267
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		174.095	96.096	350.833	225.240
Pessoal	29	94.692	56.747	166.393	120.554
– Remuneração direta		77.024	43.683	133.517	91.206
– Benefícios		12.987	9.888	24.336	21.670
– F.G.T.S		4.681	3.176	8.540	7.678
Impostos, taxas e contribuições		49.264	21.848	47.726	33.662
– Federais		43.466	19.890	41.928	28.547
– Municipais		5.798	1.958	5.798	5.115
Remuneração de capitais de terceiros		47.001	22.861	153.576	76.384
– Juros	31	11.591	7.627	22.165	13.092
– Aluguéis	29	27.218	8.883	23.180	18.264
– Variação Cambial	31	7.452	5.836	105.018	43.172
– Outras		740	515	3.213	1.856
Remuneração de Capitais Próprios		(16.862)	(5.360)	(16.862)	(5.360)
– Lucros retidos / Prejuízo do período		(16.862)	(5.360)	(16.862)	(5.360)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		174.095	96.096	350.833	225.240

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras intermediárias.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A OceanPact Serviços Marítimos S.A. ("Companhia") foi constituída em 21 de setembro de 2007, tem sede na Rua da Glória, 122, 10º e 11º andares - Glória - Rio de Janeiro/RJ, e possui cinco filiais. As empresas controladas e controladas em conjunto (aqui definidas como "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado e não possuem ações negociadas em bolsas de valores.

A Companhia tem por objeto social o treinamento e consultoria em serviços marítimos, meio ambiente, energia e logística; serviços em campo na aquisição de dados, medições e monitoramento ambiental; criação e invenção de produtos e soluções nas áreas marítima e ambiental; especificação, execução e análise de levantamentos hidrográficos; aluguel de barcos, lanchas e outras embarcações, com ou sem tripulação; navegação e serviços de apoio marítimo e portuário; operação, manutenção e aluguel de equipamentos de combate a derramamento de óleo e emergências ambientais; proteção ambiental; afretamento de embarcações próprias ou de terceiros para operações de exploração de petróleo ou qualquer outra atividade marítima, com ou sem tripulação; e participação no capital de outras Companhias. Seus serviços são prestados essencialmente no Brasil, sendo que alguns serviços são prestados no exterior, como por exemplo aluguel de equipamentos, treinamentos e manutenção de equipamentos, afretamento de embarcações e apoio marítimo (vide nota explicativa nº 2.3).

A Companhia e algumas de suas investidas estão sujeitas à regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e cumpre com os requerimentos operacionais aplicáveis.

Alterações de participações societárias e novas investidas

Em 27 de março de 2019, a Companhia constituiu a joint venture OceanPact de México S.A. de C.V., com a empresa Offshore Vessels Holding S.A.P.I. de C.V., companhia anônima, com sede no México, tendo como atividade principal o afretamento de embarcação e apoio marítimo.

Em 27 de junho de 2019, a Companhia constituiu a Maraú Navegação Ltda., companhia limitada privada, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tendo como atividade principal o afretamento de embarcação.

Em 13 de setembro de 2019, a Companhia constituiu a Camamu Navegação Ltda., companhia limitada privada, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tendo como atividade principal o afretamento de embarcação.

Em 04 de novembro de 2019, a Companhia realizou a aquisição de 50% de participação, adquirindo o controle da investida Gardline Marine Sciences S.A. Foi alterada sua razão social para OceanPact Geociências Ltda. e transformada em sociedade limitada unipessoal.

Em 13 de agosto de 2020, a Companhia passou a deter de forma direta a participação de 50% na OML, anteriormente detida pela OceanPact International.

A OceanPact Tecnologia Ltda. e a Camamu Navegação Ltda., também controladas diretas da Companhia, não possuem ativos e passivos em 30 de setembro de 2020 e não possuem operações desde as suas constituições. Na data dessas informações financeiras intermediárias não existe nenhum plano de curto prazo para entrada em operação destas empresas nem plano de descontinuação dessas investidas.

A Companhia adquiriu o controle da empresa Santa Lúcia Patrimonial Ltda., esta detentora de 100% de participação na empresa SLI Meio Ambiente e Infraestrutura Eireli, em 20 de agosto de 2020, quando passou a ser detentora de 96,78% de participação desta investida (vide notas explicativas nº 13 e 14.1).

Continuidade das operações

A Companhia apurou prejuízo, para fins de controladora e consolidado, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 de R\$16.862 (prejuízo de R\$5.360 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019), impactado principalmente pelo aumento percebido nas despesas financeiras, e apresentou capital circulante líquido positivo em 30 de setembro de 2020 de R\$91.205 na controladora e R\$102.777 no consolidado (capital circulante líquido negativo de R\$27.488 e R\$14.797 na controladora e consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019), sendo esta melhora devido, substancialmente, à emissão de debêntures realizada no trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (vide nota explicativa nº 21.2).

A Administração da Companhia, considerando o seu conhecimento do negócio, o histórico de lucratividade e as perspectivas de mercado atuais, entende que as bases de preparação dessas informações financeiras intermediárias, que consideram a continuidade do negócio, são adequadas.

Impacto COVID-19

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou que o surto do coronavírus COVID-19 configura uma epidemia em escala global. A pandemia, até a data de emissão dessas informações financeiras intermediárias, demonstrou ter impactos relevantes e condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimento global. O Grupo vem unindo esforços para planejar e implementar ações de combate à COVID-19, com investimentos realizados até esta data que superaram R\$3.000. A seguir apresentamos as principais ações tomadas pelo Grupo:

- Rápida ativação do Comitê de Crise COVID-19 com reuniões diárias;
- Estabelecimento de rigorosos protocolos para trabalho nas embarcações, bases portuárias, estaleiros, e escritórios, bem como para os pré-embarques, pós-embarque e deslocamentos;
- Compras e disponibilização de equipamentos de proteção individual específicos, itens de higienização e equipamentos clínicos para os colaboradores em suas atividades, bem como nos casos de isolamento (disponibilização de álcool gel, distribuição de máscaras de proteção e medição de temperatura dos empregados);
- Criação do "Projeto Granja Comary", com seis pousadas dedicadas para realização de quarentena pré-embarque das tripulações, incluindo distribuição de kits de higiene, alimentação e limpeza, e acompanhamentos clínico e nutricional diários;
- Realização de mais de 4.000 testes para controle de COVID-19 (PCR, sorológico, rápidos e antígeno) em colaboradores, fornecedores e parceiros;

- Aumento do período de embarque, aumentando a segurança da tripulação;
- Disponibilidade de Médico dedicado para atendimentos e orientações específicas de COVID-19 para colaboradores;
- Monitoramento da saúde dos colaboradores com instalação de Sala de Situação COVID-19, 24 horas por dia, 7 dias na semana, e disponibilização de Painel de Controle para o Comitê de Crise e Diretorias;
- Intensificação da comunicação com colaboradores para compartilhamento de informações qualificadas e orientações, a partir de distribuição de comunicados, cartilhas, vídeos e webinários;
- Implementação da Central de Saúde, para apoio clínico e emocional 24 horas por dia, 7 dias na semana, para colaboradores e dependentes;
- Implementação de Programa de Ação Unificada pela Saúde (P.A.U.S.A.), com profissionais de saúde, realizando aulas remotas de atividades físicas e de atenção plena, 3 vezes por dia; e
- Realização de rodas de conversa para gestão de clima dos colaboradores.

O Grupo prontamente determinou regime remoto de trabalho para os colaboradores e foi pioneiro no estabelecimento de protocolos. Poucos de seus colaboradores foram contaminados pela COVID-19.

A eficácia das ações implementadas permitiu ao Grupo a manutenção de suas atividades, do orçamento previsto para o ano a findar-se em 31 de dezembro de 2020 - sem perda de receita, apesar do cenário absolutamente adverso. Desta forma, a Administração da Companhia, com base no exercício de seu melhor julgamento, entende não ser necessária a constituição de provisões contábeis proporcionadas por incertezas e riscos de perdas futuras relacionadas ao COVID-19 em suas operações.

Os eventos e condições geradas pela disseminação do COVID-19 não geraram incertezas relacionadas a continuidade operacional da Companhia, impairment de ativos não financeiros, realização dos tributos diferidos, de itens do ativo não circulante, imobilizado, estoques, intangível e contas a receber junto a terceiros/clientes. Adicionalmente, até a data de emissão dessas informações financeiras intermediárias, não houve a necessidade de revisão geral do plano orçamentário da Companhia e suas controladas, para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 e exercícios posteriores.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia, identificadas como controladora, foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

As informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia, identificadas como consolidado, foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”.

Essas informações financeiras intermediárias foram preparadas e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi aprovada pela Administração da Companhia em 15 de janeiro de 2021.

2.2 Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e dos valores justos alocados nas combinações de negócios. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas é determinado nessa base.

A Companhia preparou essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais foram preparadas com a mesma base de práticas contábeis.

2.2.a Reapresentação das informações financeiras intermediárias

Estas informações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reapresentadas, em conexão com o pedido de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para atualizar os eventos subsequentes referentes ao desmembramento das ações da Companhia e às obrigações não pecuniárias das debêntures, conforme divulgado na nota explicativa nº 35. A Companhia, após a emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, recebeu aprovação formal (“waiver letters”) dos bancos, onde estes renunciaram ao direito de declarar o vencimento antecipado dos saldos devidos pela Companhia, embora determinadas obrigações não pecuniárias das debêntures tenham sido cumpridas fora do prazo determinado inicialmente.

2.3. Bases de consolidação e investimento em controladas

As informações financeiras intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis das Companhia e suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida;
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle elencados acima. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. Eventual alteração na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Quando a Companhia exerce controle conjunto de uma investida ou possui influência significativa em uma coligada, o investimento e os resultados dessas investidas são tratados pelo método da equivalência patrimonial nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, na proporção das participações detidas nas referidas entidades controladas em conjunto e coligadas.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- i. Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas.
- ii. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas.
- iii. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.
- iv. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e consistem com aquelas utilizadas nos períodos comparativos. A Companhia consolida suas informações financeiras intermediárias com as de suas controladas, considerando o mesmo período de divulgação.

Segue abaixo quadro demonstrando as controladas, controladas em conjunto e coligadas da Companhia, datas de constituição ou aquisição e suas atividades-fim:

Investidas	Denominação	Local da constituição e sede	Data de constituição ou aquisição	Atividades-fim
1. EnvironPact Consultoria Em Engenharia e Meio Ambiente Ltda.	EnvironPact	Brasil	27/12/2008	Prestação de serviços de consultoria ambiental
2. Servmar Serviços Técnicos Ambientais Ltda.	Servmar	Brasil	17/04/1986	Prestação de serviços de estudos de projetos sobre impacto ambiental e análise de risco, serviços de construção civil, projetos de engenharia e apoio marítimo
3. OceanPact Navegação Ltda.	OceanPact Navegação	Brasil	16/05/2012	Afretamento de embarcações
4. OceanPact Tecnologia Ltda.	OceanPact Tecnologia	Brasil	18/08/2014	Não operacional ⁽³⁾
5. Marau Navegação Ltda.	Marau	Brasil	27/06/2019	Afretamento de embarcações e apoio marítimo
6. Camamu Navegação Ltda.	Camamu	Brasil	13/09/2019	Afretamento de embarcações e apoio marítimo
7. OceanPact Geociências Ltda. ⁽¹⁾	OceanPact Geociências	Brasil	16/07/2012	Prestação de serviços relacionados com projetos de pesquisa marinha em águas brasileiras, operação e afretamento de embarcações
8. OceanPact Netherlands B.V.	OceanPact Netherlands	Holanda	20/09/2008	Afretamento de embarcações e apoio marítimo
9. OceanPact International Holding Cayman	OceanPact International	Ilhas Cayman	09/10/2013	Atua como Holding de investidas no exterior
9.1. Cod Hole LLP	Cod Hole	Reino Unido	24/01/2014	Afretamento de embarcações, aluguel de equipamentos, participação em outras companhias
9.1.1. Maritim Miljø Beredskap AS	MMB	Noruega	29/12/1999	Aluguel de equipamentos, treinamentos e manutenção de equipamentos
9.2. OceanPact Maritime LTD. ⁽²⁾	OML	Reino Unido	09/04/2014	Prestação de serviços relacionados com projetos de pesquisa marinha em águas brasileiras, operação e afretamento de embarcações
10. OceanPact Uruguay Servicios Maritimos S.R.L.	OceanPact Uruguay	Uruguai	27/07/2016	Não operacional ⁽³⁾
11. O'Brien's do Brasil Consultoria em Emergências e Meio Ambiente S.A.	O'Brien's do Brasil	Brasil	27/10/2011	Prestação de serviços de consultoria e treinamento em planejamento e gerenciamento de emergência e assuntos relacionados à segurança e meio ambiente.
12. OceanPact de Mexico SA de CV	OceanPact Mexico	México	27/03/2019	Não operacional ⁽³⁾
13. Santa Lucia Patrimonial Ltda.	SLP	Brasil	20/08/2020	Holding
13.1. SLI Meio Ambiente e Infraestrutura Eireli	SLI	Brasil	20/08/2020	Prestação de serviços de consultoria ambiental, levantamentos hidrográficos, restauração ambiental, e outros serviços de cunho oceanográfico.

⁽¹⁾ Anteriormente denominada Gardline Marine Sciences do Brasil S.A.

⁽²⁾ Anteriormente denominada Gardline Maritime Limited

⁽³⁾ Não operacional na data dessas informações financeiras intermediárias

Segue abaixo quadro demonstrando as controladas (diretas e indiretas) da Companhia que são consolidadas, e controladas em conjunto e coligadas (diretas e indiretas) da Companhia que não são consolidadas e percentuais de participação detidos pela Companhia nas datas-bases apresentadas:

Denominação	30/09/2020			31/12/2019		
	Tipo investimento	% Participação		Tipo investimento	% Participação	
		Direta	Indireta		Direta	Indireta
1. EnvironPact	controle direto	99,95%	-	controle direto	99,95%	-
2. Servmar	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
3. OceanPact Navegação	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
4. OceanPact Tecnologia	controle direto	99%	1%	controle direto	99%	1%
5. Maráu	controle direto	99,90%	0,10%	controle direto	99,90%	0,10%
6. Camamu	controle direto	99,90%	0,10%	controle direto	99,90%	0,10%
7. OceanPact Geociências	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
8. OceanPact Netherlands	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
9. OceanPact International	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
9.1. Cod Hole	controle indireto	-	99%	controle indireto	-	99%
9.1.1. MMB	controle indireto	-	99%	controle indireto	-	99%
9.2. OML	controle indireto	50%	50%	controle indireto	-	100%
10. OceanPact Uruguay	controle direto	99%	1%	controle direto	99%	1%
11. O'Brien's do Brasil	controle conjunto indireto	26%	24%	controle conjunto indireto	26%	24%
12. OceanPact Mexico	controle conjunto	50%	-	controle conjunto	50%	-
13. SLP	controle direto	96,78%	-	-	-	-
13.1. SLI	controle indireto	-	96,78%	-	-	-

a) Consórcio Foz-OceanPact ("Foz-Ocean")

Em 21 de novembro de 2011, a Companhia iniciou a participação em um consórcio com a Foz do Brasil S.A. ("Foz"), com o objetivo de prestar serviços de operação e manutenção básica de embarcações e equipamentos de resposta a emergências à Petrobras Transporte S.A.

Conforme determinação em contrato firmado entre as partes, a Foz, líder do consórcio, é responsável pelo registro e escrituração contábil, emissão de documentos fiscais e apuração de tributos, cabendo à Companhia registrar os ativos, passivos, receitas, custos e despesas decorrentes desse consórcio com base em relatórios enviados mensalmente pela Foz, na proporção de 30%. Com base no CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, equivalente ao IFRS 11, o consórcio em questão é considerado uma operação conjunta (*joint operation*) e os ativos e passivos e resultados são reconhecidos com base na participação de cada parte.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e em 30 de setembro de 2019, o Consórcio não teve atividade operacional, devido ao encerramento do contrato com o cliente, que ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.4. Moedas funcionais e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia e suas investidas determinam suas próprias moedas funcionais, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as informações financeiras são traduzidas para o Real, os ativos e passivos pela taxa cambial da data do balanço de fim de período e o resultado pela taxa média do período, em conformidade com o CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, equivalente ao IAS 21 – The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates. As variações resultantes da conversão citada são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "ajuste acumulado de conversão".

Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um hedge de investimento líquido. Essas diferenças são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item.

O ágio e os ajustes ao valor justo resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos da operação no exterior e convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento. As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Moedas funcionais das investidas da Companhia

<u>Empresa</u>	<u>Moeda funcional</u>
EnvironPact	Real
Servmar	Real
OceanPact Navegação	Real
OceanPact Tecnologia	Real
Maraú	Real
Camamu	Real
OceanPact Geociências	Real
OceanPact Netherlands	Dólar americano
OceanPact International	Dólar americano
Cod Hole	Dólar americano
MMB	Coroa norueguesa
OML	Dólar americano
OceanPact Uruguay	Dólar americano
O'Brien's do Brasil	Real
OceanPact Mexico	Peso mexicano
SLP	Real
SLI	Real

2.5. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, estão apresentadas a seguir.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa: (i) dinheiro em caixa; (ii) depósitos bancários; e (iii) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da sua contratação.

b) Receitas de serviços

Com a adoção do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 15, aplicável para exercícios encerrados em ou após 1º de janeiro de 2018, a receita de serviços passou a ser mensurada com base no valor justo da contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos incidentes, sendo registrada no momento em que transfere o controle do produto ou presta o serviço ao cliente.

A Companhia e suas controladas fornecem serviços para terceiros, que são reconhecidos como obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo. A receita é reconhecida para esses serviços com base no estágio de conclusão do contrato, quando aplicável. A Administração entende que o estágio de conclusão determinado como a proporção do período total esperado para prestação do serviço decorrido no final do período de relatório é uma medida apropriada do progresso com relação ao total cumprimento dessas obrigações de desempenho de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 15.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente.

c) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor dos serviços prestados, incluindo os respectivos tributos diretos de responsabilidade da Companhia e suas controladas, menos os tributos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários (quando aplicável).

Com base no CPC 48 – Instrumentos financeiros, equivalente ao IFRS 9, ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros, com base em estimativas de perdas esperadas para os próximos 12 meses ou por toda a vida da operação. A perda de crédito esperada se baseia na diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais que são devidos à Companhia e suas controladas, de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que Companhia e suas controladas esperam receber, descontados com base na taxa de juros efetiva original.

d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão-de-obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear de acordo com a respectiva vida útil econômica.

Os ativos imobilizados da Companhia e suas controladas estão demonstrados ao custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (vide item "p" desta nota explicativa).

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos imobilizados e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

As vidas úteis estimadas dos itens do imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia e suas controladas esperam exercer uma opção de compra deste ativo, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil ativo.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

f) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (vide item "p" desta nota explicativa).

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

g) Combinações de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia e suas controladas na data de aquisição, dos passivos incorridos pela Companhia e suas controladas com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia e suas controladas em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados, passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordos de pagamento baseado em ações e ativos classificados como mantidos para venda, todos reconhecidos e mensurados de acordo com os pronunciamentos técnicos específicos para estes temas.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

Quando a contraprestação transferida pela Companhia e suas controladas em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contraprestação contingente. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada nas datas de relatórios subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio líquido. Outras contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas de relatórios subsequentes, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia e suas controladas na entidade (incluindo operações conjuntas) adquirida é remensurada ao seu valor justo na data de aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na entidade adquirida antes da data de aquisição, anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes", são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação tivesse sido alienada.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, o Grupo registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

h) **Ágio**

O ágio é inicialmente reconhecido e mensurado conforme descrito no item "Combinação de negócios".

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio são reconhecidas no período subsequente.

Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

A Companhia e suas controladas não reconheceram nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ágio reconhecido em seu ativo.

i) **Reconhecimento de despesas**

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são ativadas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

j) **Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) em consequência de um evento passado, seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

A provisão pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias ou quando a obrigação for liquidada.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas constantemente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas reconhecem, ainda, provisões referentes a férias, 13º salário e encargos sociais incidentes sobre essas remunerações, de acordo com a quantidade de períodos trabalhados pelos funcionários, ou seja, de acordo com as obrigações devidas, mas não efetivadas, em cada exercício.

k) Empréstimos e financiamentos

A Companhia e suas controladas registram seus empréstimos e financiamentos obtidos com base no custo amortizado usando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

l) Arrendamentos

Na data de início é reconhecido o direito de uso e o passivo de arrendamento, a Companhia mensura seu passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento, onde é utilizada a taxa incremental, já que não possui taxa de juros implícita em seus contratos.

A taxa incremental estimada é em função das taxas de captação de financiamentos de longo prazo, ajustada para refletir as características do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, moeda, prazo e a data de início do contrato.

Se ocorrer alguma alteração do fluxo de caixa esperado no contrato, o passivo é prontamente remensurado. Somente será revisada a taxa de desconto caso um novo contrato for realizado.

A Companhia e suas controladas amortizam o ativo de direito de uso pelo método linear, pelo prazo do arrendamento.

A Companhia e suas controladas adotaram a norma IFRS 16, equivalente ao CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 e usaram o expediente prático que permitiu que a Companhia e suas controladas não aplicassem os requerimentos no CPC 06 (R2) para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, reconhecendo uma despesa de arrendamento pelo método linear, conforme previsto no CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16.

m) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 9.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de "hedge".

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou (ii) a Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo.

Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado.
- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de ser reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

n) Capitalização de juros de empréstimos

A Companhia e suas controladas capitalizam os custos de empréstimos, conforme preconizado pelo CPC 20 (R1) e IAS 23, que são direta ou indiretamente atribuíveis à construção de ativo qualificável (ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido) como parte do custo do ativo, sendo as variações cambiais capitalizadas limitadas ao custo de captação no mercado interno vigente na data de obtenção dos empréstimos. Não houve juros capitalizados nos períodos apresentados nestas informações financeiras intermediárias.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto. A Companhia e suas controladas apresentam os dividendos recebidos como atividade de investimento, conforme permitido pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, equivalente ao IAS 7.

p) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

q) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e suas controladas calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A Companhia e suas controladas consideram no mínimo cada segmento operacional como uma unidade geradora de caixa.

Nos períodos apresentados não houve nenhuma constituição nem reversão de provisão para perda por redução ao valor recuperável.

r) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação, equivalente ao IAS 33.

s) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do período. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia e suas controladas são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia e suas controladas, suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas informações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, exceto quando a Companhia e suas controladas forem capazes de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e suas controladas esperam, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

3.1. Julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

3.2. Estimativas e premissas

3.2.1. Vidas úteis dos bens do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas revisam as vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente no final de cada exercício. Durante o último exercício, como resultado desta avaliação, a Administração estabeleceu que as vidas úteis dos seus bens imobilizados se mantiveram inalteradas quando comparadas com aquelas adotadas no exercício anterior.

3.2.2. Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis e, quando aplicável, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, impostos a recuperar são reconhecidos à medida que a Companhia e suas controladas possuem expectativa de realização de tais saldos, seja por compensação com outros tributos, seja por pedido de restituição.

3.2.3. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais, e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.2.4. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para essas técnicas se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar os valores justos apresentados dos instrumentos financeiros.

3.2.5. Avaliação do modelo de negócios

A classificação e mensuração de ativos financeiros depende dos resultados do teste de “apenas pagamentos de principal e juros” e do teste do modelo de negócios. A Companhia e suas controladas determinam o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo de negócios específico. Essa avaliação inclui julgamento que reflete todas as evidências relevantes incluindo a forma como o desempenho dos ativos é avaliado e como seu desempenho é mensurado, os riscos que afetam o desempenho dos ativos e como esses ativos são geridos e como os gestores dos ativos são remunerados. A Companhia e suas controladas monitoram os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes baixados antes do seu vencimento para entender o motivo para a sua alienação e se os motivos estão de acordo com o objetivo do negócio para o qual o ativo foi mantido. O monitoramento faz parte da avaliação contínua sobre se o modelo de negócios para o qual os ativos financeiros remanescentes são mantidos continua adequado e, se não for adequado, se houve alguma mudança no modelo de negócios e alguma alteração prospectiva na classificação desses ativos.

3.2.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.2.7. Cálculo da provisão para perdas

Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante de inadimplência. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da perda de crédito esperada. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período de tempo específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

Aumento significativo no risco de crédito impacta a perda de crédito esperada. Ao avaliar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, a Companhia e suas controladas levam em consideração informações acerca do futuro qualitativas e quantitativas razoáveis e comprováveis.

3.2.8. Mensurações do valor justo e processos de avaliação

Alguns dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas podem ser mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das informações financeiras intermediárias. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, são usados dados observáveis do mercado na medida em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, outras técnicas de avaliação são utilizadas e informações adequadas ao modelo.

Os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos em combinações de negócio têm seus valores justos mensurados na data da aquisição. Determinadas premissas são adotadas pelos avaliadores para determinação de tais valores justos. A contraprestação contingente em combinações de negócios e ativos financeiros não derivativos mantidos para negociação são particularmente sensíveis a mudanças em um ou mais dados observáveis considerados razoavelmente possíveis no próximo exercício.

3.2.9. Mensurações das taxas de desconto de arrendamentos

As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos direitos de uso e passivos de arrendamento foram definidas pela Companhia e suas controladas considerando as taxas incrementais, uma vez que os contratos firmados não possuem a informação da taxa implícita. Para determinação das taxas incrementais, utilizadas como taxas de desconto, a Companhia e suas controladas utilizaram informações dos contratos de arrendamento, e adotaram premissas, tais como a estrutura de capital do Grupo e o risco do ambiente econômico do país.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

As normas revisadas apresentadas a seguir passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 e, portanto, estão sendo adotadas nas informações financeiras intermediárias referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. A adoção dessas alterações de normas não resultou impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas informações financeiras intermediárias.

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>
Alterações à IFRS 3 (CPC 15)	Definição de Negócios
Alterações à IAS 1 e IAS 8 (CPC 26 e 23)	Definição de Material
Estrutura Conceitual (CPC 00)	Estrutura Conceitual nas Normas IFRSs

A alteração apresentada a seguir entrou em vigor recentemente e é aplicável para as informações financeiras intermediárias da Companhia. No entanto, as alterações identificadas na referida norma não resultaram em impactos significativos nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 da Companhia.

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>
Alterações à IFRS 16 / CPC 06(R2)	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos a arrendatários em contratos de arrendamento.

Na data de autorização destas informações financeiras intermediárias, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória, apresentadas a seguir.

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
IFRS 17 Alterações no CPC 36(R3)/ IFRS 10 e no CPC 18 (R2)/ IAS 28	Contratos de Seguros Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	01/01/2021 Postergada indefinidamente

Não é esperado que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as informações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>30/09/20</u>	<u>31/12/19</u>
Caixa e bancos	47.874	1.185	58.331	8.459
Aplicações financeiras (*)	133.256	10.959	168.631	35.549
Total	<u>181.130</u>	<u>12.144</u>	<u>226.962</u>	<u>44.008</u>

(*) Aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez (compostas por Certificados de Depósitos Bancários - CDB pós-fixados), com compromisso de recompra (instituição financeira tem o compromisso de recomprar a aplicação financeira da Companhia e controladas, caso a Companhia e controladas manifestem tal intenção). O rendimento médio no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de 89,1% do CDI na controladora e 85,6% do CDI do consolidado (no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 foi de 98,5% do CDI e 98,0% do CDI, respectivamente).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>30/09/20</u>	<u>31/12/19</u>
Não circulante	26.704	1.027	33.464	7.100
Total	<u>26.704</u>	<u>1.027</u>	<u>33.464</u>	<u>7.100</u>

Parte do saldo de títulos e valores mobiliários classificados no ativo não circulante na controladora representam aplicações financeiras mantidas com o Banco Bocom BBM, na modalidade de certificados de depósito bancário (CDB), com rendimentos atrelados ao CDI, no valor de R\$10.704 (R\$1.027 em 31 de dezembro de 2019), referente a contrato de garantia realizado, relacionado ao financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

Além do saldo dado como garantia em conexão com o financiamento junto à FINEP, a controladora mantém, em 30 de setembro de 2020, o saldo de aplicações financeiras no valor de R\$16.000 junto ao Banco Alfa e ao Banco Bocom BBM (R\$8.000 em cada instituição), dadas como garantia em conexão com a emissão de debêntures ocorrida no terceiro trimestre de 2020.

Os títulos e valores mobiliários classificados no não circulante no consolidado, além das aplicações financeiras mantidas pela controladora junto ao Banco Bocom BBM, é composto por saldo de aplicações financeiras mantidas pela controlada OceanPact Navegação no Banco Itaú, no valor de R\$6.760 (R\$7.100 em 31 de dezembro de 2019). O saldo mantido no Banco Itaú é referente à aplicação financeira onde deve ser mantido o valor correspondente a no mínimo três meses da dívida mensal, de acordo com o contrato firmado com o BNDES, referente ao financiamento das embarcações. Estas aplicações, que estão registradas no ativo não circulante do consolidado, representam operações compromissadas, com rendimentos atrelados ao CDI, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

O rendimento médio no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 das aplicações financeiras mantidas pela Companhia e classificadas como títulos e valores mobiliários, foi de 100% do CDI (no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 foi de 98% do CDI).

7. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Cientes	50.925	68.771	90.502	116.159
Partes Relacionadas (*)	29	1.741	21	47
Provisão para perda	(1.299)	(871)	(2.097)	(1.430)
Total	<u>49.655</u>	<u>69.641</u>	<u>88.426</u>	<u>114.776</u>

(*) Os saldos a receber de partes relacionadas estão detalhados na nota explicativa nº 25.

A composição dos saldos de clientes vencidos e a vencer está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Saldos a vencer	47.557	66.771	80.679	113.345
Saldos vencidos	3.368	2.000	9.823	2.814
Total	<u>50.925</u>	<u>68.771</u>	<u>90.502</u>	<u>116.159</u>

Os saldos vencidos em 30 de setembro de 2020 possuem a composição apresentada a seguir, por idade de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	30/09/20	30/09/20
Até 90 dias	1.800	6.542
De 91 a 360 dias	549	1.281
Mais de 360 dias	1.019	2.000
Total saldos vencidos	<u>3.368</u>	<u>9.823</u>

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, houve um complemento na controladora de R\$452 dos saldos de provisão para perdas de créditos para os clientes DDM Serviços Marítimos Ltda e Mac Laren Oil Estaleiros Eireli, e uma reversão por recebimento de R\$24 do cliente Biotank Gestão de Resíduos Ltda. Desta forma, em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Administração julgou ser necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas, com base na perda esperada futura no valor de R\$1.299 e R\$871, respectivamente, constituído substancialmente para o saldo de contas a receber do cliente Eisa Petro UM S.A., que representa 28% do saldo de provisão para perda em 30 de setembro de 2020 (41% do saldo de provisão para perda em 31 de dezembro de 2019).

Para fins do consolidado, a Administração julgou ser necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas, com base na perda esperada futura e, em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, tais provisões apresentavam saldo de R\$2.097 e R\$1.430, respectivamente, constituída substancialmente para o saldo de contas a receber do cliente Eisa Petro Um S.A. e do Fersol Indústria e Comércio S.A., que representam em conjunto 35% do saldo de provisão para perda em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

A seguir apresentamos a movimentação da provisão para perda nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/19	871	1.430
Provisões	452	704
Reversões por baixa	(24)	(37)
Saldo em 30/09/20	<u>1.299</u>	<u>2.097</u>
Saldo em 31/12/18	719	1.589
Reversões por baixa	(47)	(449)
Saldo em 30/09/19	<u>672</u>	<u>1.140</u>

Em 30 de setembro 2020, os saldos consolidados a receber de clientes mais relevantes são com os clientes Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (representa 52% do saldo em 30 de setembro de 2020), Aet Brasil Serviços SCS Ltda., Vale S.A. e Chevron Brasil Upstream Frade Ltda. que, juntos com a Petrobras, representam 68% dos saldos a receber em aberto, em 30 de setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos consolidados a receber de clientes mais relevantes são com os clientes Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (representa 44% do saldo em 31 de dezembro de 2019), Modec Serviços de Petróleo do Brasil Ltda., Aet Brasil Serviços SCS Ltda., Dommo Energia S.A. e Total E&P do Brasil Ltda., que juntos com a Petrobras representam 82% dos saldos a receber em 31 de dezembro de 2019.

8. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>30/09/20</u>	<u>31/12/19</u>
Estoques	1.992	-	3.886	730
Total	<u>1.992</u>	<u>-</u>	<u>3.886</u>	<u>730</u>

O saldo de estoques da controladora em 30 de setembro de 2020 é composto por estoques de combustíveis e lubrificantes a serem consumidos na operação, e o saldo consolidado de estoques contempla, também, saldos das controladas OceanPact Geociências, Cod Hole, Servmar e OML, de natureza de combustíveis, lubrificantes e materiais.

O saldo consolidado de estoques em 31 de dezembro de 2019 é composto por saldo de R\$146 da controlada Servmar, referente a aquisições de mercadorias que serão utilizadas na prestação de serviços e por saldo de R\$584 da controlada indireta OML, referente a combustível a ser utilizado nas embarcações próprias.

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, nenhuma provisão para perda em estoques foi reconhecida.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
IRPJ e CSLL (a)	4.695	2.567	6.446	8.009
PIS e COFINS a recuperar (b)	668	1.767	978	1.974
Tributos retidos por terceiros (d)	902	494	7.401	1.484
CPRB (c)	73	1.890	106	2.439
Outros tributos a recuperar (d)	519	458	1.873	1.290
Total	<u>6.857</u>	<u>7.176</u>	<u>16.804</u>	<u>15.196</u>
Circulante	6.522	6.841	15.233	13.643
Não circulante	335	335	1.571	1.553

(a) Os saldos de IRPJ e CSLL, em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, são referentes a impostos retidos na fonte de clientes e compensações realizadas por estimativa realizada a maior.

(b) Os saldos de PIS e COFINS a recuperar são créditos originados na operação da Companhia, com base no regime não cumulativo.

(c) A Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (ou "CPRB") era um imposto vigente até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. No entanto, a Companhia continuou efetuando o recolhimento dessa contribuição com base em efeito suspensivo solicitado pelo sindicato das empresas de navegação e concedido pelo órgão competente. Em contrapartida reconheceu um ativo referente ao saldo a recuperar do imposto em questão pago a maior ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em 2020 a Companhia iniciou a compensação desses saldos com outros tributos federais (PIS, COFINS, ISS e IR).

(d) Tributos retidos por terceiros e outros tributos a recuperar compreendem, principalmente, INSS retido por terceiros quando da contratação para prestação de serviços e IR e CS retidos na fonte e a recuperar.

Os tributos a recuperar, classificados no ativo não circulante, se referem a saldos que a Companhia e suas controladas esperam realizar no prazo superior a 12 meses.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Processos trabalhistas	281	281	1.007	590
Discussão acerca do ISS	2.290	2.290	2.290	2.646
Outros depósitos judiciais	-	-	13	13
Total	<u>2.571</u>	<u>2.571</u>	<u>3.310</u>	<u>3.249</u>

O saldo de depósitos judiciais da controladora é composto por valores depositados judicialmente relacionados a processos trabalhistas em andamento em que a Companhia é ré, e relacionados a pagamentos de ISS através de depósito judicial, decorrente de ações movidas pela Companhia com o cliente Repsol Sinopec Brasil S.A e Samarco Mineração S.A., referente ao município de incidência do ISS. Os mesmos montantes estão reconhecidos no passivo, na rubrica ISS a pagar.

O saldo consolidado inclui, também, depósitos judiciais efetuados pela controlada Servmar, referentes a reclamações trabalhistas em que as ações correspondentes estão em andamento no montante de R\$1.007 em 30 de setembro de 2020 (R\$309 em 31 de dezembro de 2019), além de depósito judicial referente a ação movida contra fornecedor pela controlada OceanPact Geociências, no valor de R\$13 em 30 de setembro de 2020 (R\$13 em 31 de dezembro de 2019).

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
<u>Tributos diferidos ativos</u>				
Imposto de renda	11.987	7.474	48.533	23.703
Contribuição social	4.682	3.173	17.999	9.161
Outros tributos	435	368	518	424
Total	<u>17.104</u>	<u>11.015</u>	<u>67.050</u>	<u>33.288</u>
<u>Tributos diferidos passivos</u>				
Imposto de renda e contribuição social	-	-	689	492
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>689</u>	<u>492</u>

O saldo de outros tributos diferidos ativos em 30 de setembro de 2020, no valor de R\$435 na controladora e R\$518 no consolidado, refere principalmente ao reconhecimento de PIS e COFINS sobre a amortização e juros dos arrendamentos (R\$368 e R\$424, na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2019).

O imposto de renda e contribuição social diferidos acumulados no ativo e passivo são compostos conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Varição cambial líquida	399	(47)	45.306	16.672
Custos capitalizados OceanPact Navegação	-	(753)	-	(753)
Impostos exigibilidade suspensa	761	761	761	761
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	4.298	842	5.512	1.925
Provisões	9.506	8.024	19.477	14.950
Valor justo mais valia	559	490	(1.005)	490
Ganho na remensuração de investimento	(511)	(511)	(511)	(511)
Arrendamento mercantil	2.068	1.841	1.806	1.841
Depreciação acelerada para fins fiscais	(411)	-	(4.879)	(2.112)
Outros efeitos pulverizados	-	-	(624)	(891)
IRPJ e CSLL diferidos ativo (passivo), líquido	<u>16.669</u>	<u>10.647</u>	<u>65.843</u>	<u>32.864</u>
CSLL	4.682	3.173	17.999	9.161
IRPJ	<u>11.987</u>	<u>7.474</u>	<u>47.844</u>	<u>23.211</u>
IRPJ e CSLL diferidos ativo (passivo), líquido	<u>16.669</u>	<u>10.647</u>	<u>65.843</u>	<u>32.864</u>
IRPJ e CSLL diferidos ativo	16.669	10.647	66.532	32.864
IRPJ e CSLL diferidos passivo	-	-	(689)	(492)
IRPJ e CSLL diferidos ativo (passivo), líquido	<u>16.669</u>	<u>10.647</u>	<u>65.843</u>	<u>32.372</u>

A Companhia possui, no consolidado, em 30 de setembro de 2020, tributos diferidos ativos de R\$67.050 (R\$33.288 em 31 de dezembro de 2019), que se referem substancialmente à variação cambial tributada pelo regime caixa, apurada na controlada OceanPact Navegação, saldo de prejuízos fiscais acumulados e bases negativas da contribuição social e provisões não dedutíveis temporalmente.

O saldo de imposto diferido passivo consolidado, em 30 de setembro de 2020, de R\$689 (R\$492 em 31 de dezembro de 2019), é referente à controlada OML, decorrente principalmente de benefícios de diferimento de tributação da depreciação de ativos imobilizado desta investida.

A controlada Servmar possui saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$25.508 (crédito fiscal) em 30 de setembro de 2020 (R\$24.115 em 31 de dezembro de 2019), os quais não foram registrados, devido à baixa expectativa de realização efetuada pela Administração.

O Grupo, após a realização de solução de consulta junto à Receita Federal do Brasil, obteve resposta positiva quanto ao questionamento da aplicabilidade de depreciação fiscal acelerada em razão da utilização de ativo imobilizado em período superior a um turno de trabalho, motivo pelo qual passou, a partir de maio de 2019, a depreciar de forma acelerada duas embarcações da controlada OceanPact Navegação, que trabalham em mais de um turno de revezamento. Com base na expectativa de realização efetuada pela Administração, os impostos diferidos ativos reconhecidos em 30 de setembro de 2020 no ativo da controladora e consolidado, serão realizados conforme demonstrativo a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Outubro a dezembro de 2020	4.558	6.482
2021	8.860	15.720
2022	1.778	7.842
2023	1.106	6.573
Após 2023	1.724	37.268
Imposto diferido sobre diferenças temporárias ativas, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	18.026	73.885
Imposto diferido sobre diferenças temporárias passivas	(922)	(7.524)
Impostos diferidos ativo (passivo), líquido	<u>17.104</u>	<u>66.361</u>

12. OUTROS VALORES A RECEBER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>30/09/20</u>	<u>31/12/19</u>
Adiantamentos a fornecedores	6.752	6.340	9.459	10.906
Compartilhamento de despesas (nota explicativa nº 23.3)	747	1.085	91	143
Despesas antecipadas (*)	2.531	3.042	3.359	4.265
Outros valores a receber - partes relacionadas (nota explicativa nº 23)	185	61	1	1
Retenções contratuais - clientes	4.769	560	8.609	3.674
Outros valores a receber	<u>729</u>	<u>1.504</u>	<u>3.081</u>	<u>2.184</u>
Total	<u>15.713</u>	<u>12.592</u>	<u>24.600</u>	<u>21.173</u>
Circulante	10.780	11.876	14.684	17.284
Não circulante	4.933	716	9.916	3.889

(*) Saldo de despesas antecipadas referem-se, principalmente, a despesas com seguros que são apropriadas ao resultado com base no regime de competência.

A parcela classificada no ativo não circulante refere-se, principalmente, a retenções realizadas por clientes, que a Companhia espera realizar após doze meses, com base nas condições e prazos contratuais. Os termos definidos em determinados contratos com clientes estabelecem que uma parte do valor faturado referente a serviços prestados é retido por estes como uma medida protetiva para eventuais questionamentos e, após um período a depender dos prazos contratuais, tais valores são efetivamente recebidos pela Companhia.

13. EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS

A Companhia, em 11 de junho de 2018, concedeu um empréstimo no valor de R\$5.300, para a Santa Lúcia Patrimonial Ltda. ("Santa Lúcia" ou "SLP"), que era remunerado pela taxa Selic até a data da aquisição das cotas da SLP pela Companhia.

O referido recurso financeiro foi utilizado pela Companhia, em 20 de agosto de 2020, para aquisição das quotas da SLP e conseqüentemente a aquisição da totalidade das quotas da empresa SLI Meio Ambiente e Infraestrutura Eireli ("SLI"), subsidiária integral da SLP. O preço de aquisição foi de R\$6.042, valor referente ao saldo de empréstimo da data, totalmente utilizado (vide nota explicativa nº 14.1).

14. INVESTIMENTOS E PERDA COM INVESTIMENTO EM CONTROLADA EM CONJUNTO

Os investimentos da Companhia são representados pelos saldos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
OceanPact Navegação	6.921	51.313	-	-
OceanPact International	51.719	43.343	-	-
EnvironPact	2.527	1.251	-	-
OceanPact Uruguay	5	4	-	-
OceanPact Geociências	30.792	26.484	-	-
O'Brien's do Brasil	2.153	1.927	4.138	3.706
Servmar	15.499	18.609	-	-
OceanPact Netherlands	67.913	41.704	-	-
Maraú	2.528	2.500	-	-
SLP	5.690	-	-	-
OML	23.729	-	-	-
OceanPact México	(1.155)	-	(1.155)	-
Total	<u>208.321</u>	<u>187.135</u>	<u>2.983</u>	<u>3.706</u>
Investimentos	209.476	187.135	4.138	3.706
Perda com investimento em controlada em conjunto	(1.155)	-	(1.155)	-

(a) Movimentação dos saldos de investimentos

As movimentações nos saldos das investidas estão demonstradas a seguir.

Controladora								
Investidas	31/12/19	Ágio – rentabilidade futura	Aquisição (baixa) de investimento	Aporte de capital	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	Dividendos	30/09/20
OceanPact Navegação	51.313	-	-	-	-	(44.392)	-	6.921
OceanPact International	43.343	-	(22.848)	5.574	16.601	9.049	-	51.719
EnvironPact	1.251	-	-	-	-	1.276	-	2.527
OceanPact Uruguay	4	-	-	-	1	-	-	5
OceanPact Geociências (**)	26.484	-	-	-	6.277	(1.969)	-	30.792
O'Brien's do Brasil	1.927	-	-	-	-	1.390	(1.164)	2.153
Servmar (*)	18.609	-	-	-	-	(3.110)	-	15.499
OceanPact Netherlands	41.704	-	-	11.816	17.105	(2.712)	-	67.913
Maraú	2.500	-	-	-	-	28	-	2.528
SLP (vide nota explicativa nº 14.1)	-	2.540	3.505	-	-	(355)	-	5.690
OML	-	-	22.378	-	423	928	-	23.729
OceanPact México	-	-	-	-	(236)	(919)	-	(1.155)
Total	187.135	2.540	3.035	17.390	40.171	(40.786)	(1.164)	208.321

(*) Inclui valor de ágio apurado na aquisição, no valor de R\$4.637.

(**) Inclui valor de ágio apurado na aquisição, no valor de R\$219.

Controladora								
Investidas	01/07/20	Ágio – rentabilidade futura	Aquisição (baixa) de investimento	Aporte de capital	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	Dividendos	30/09/20
OceanPact Navegação	9.413	-	-	-	-	(2.492)	-	6.921
OceanPact International	72.529	-	(22.848)	1.338	1.077	(377)	-	51.719
EnvironPact	2.183	-	-	-	-	344	-	2.527
OceanPact Uruguay	4	-	-	-	1	-	-	5
OceanPact Geociências (**)	25.504	-	-	-	710	4.578	-	30.792
O'Brien's do Brasil	2.952	-	-	-	-	365	(1.164)	2.153
Servmar (*)	17.624	-	-	-	-	(2.125)	-	15.499
OceanPact Netherlands	55.533	-	-	11.816	2.182	(1.618)	-	67.913
Maraú	2.524	-	-	-	-	4	-	2.528
SLP	-	2.540	3.505	-	-	(355)	-	5.690
OML	-	-	22.378	-	423	928	-	23.729
OceanPact México	-	-	-	-	(236)	(919)	-	(1.155)
Total	188.266	2.540	3.035	13.154	4.157	(1.667)	(1.164)	208.321

(*) Inclui valor de ágio apurado na aquisição, no valor de R\$4.637.

(**) Inclui valor de ágio apurado na aquisição, no valor de R\$219.

Investidas	Controladora					30/09/19
	31/12/18	Aporte de capital	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	Dividendos (*)	
OceanPact Navegação	51.568	-	-	(6.241)	-	45.327
OceanPact International	35.248	-	2.280	(5.764)	-	31.764
EnvironPact	989	-	-	940	-	1.929
OceanPact Uruguay	3	-	-	-	-	3
OceanPact Geociências	12.138	-	-	603	135	12.876
O'Brien's do Brasil	945	-	-	1.041	(208)	1.778
Servmar (**)	17.418	-	-	(1.151)	-	16.267
OceanPact Netherlands	(56)	-	1.807	914	-	2.665
Maraú	-	2.500	-	7	-	2.507
Total	118.253	2.500	4.087	(9.651)	(73)	115.116

(*) Valor positivo refere-se a dividendos declarados que foram revertidos no período subsequente.

(**) Inclui valor de ágio apurado na aquisição, no valor de R\$4.637.

Investidas	Controladora					30/09/19
	01/07/19	Aporte de capital	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	Dividendos (*)	
OceanPact Navegação	55.243	-	-	(9.916)	-	45.327
OceanPact International	31.923	-	2.688	(2.847)	-	31.764
EnvironPact	627	-	-	1.302	-	1.929
OceanPact Uruguay	3	-	-	-	-	3
OceanPact Geociências	12.489	-	-	387	-	12.876
O'Brien's do Brasil	564	-	-	1.422	(208)	1.778
Servmar (**)	15.465	-	-	802	-	16.267
OceanPact Netherlands	434	-	1.807	424	-	2.665
Maraú	-	2.500	-	7	-	2.507
Total	116.748	2.500	4.495	(8.419)	(208)	115.116

(*) Valor positivo refere-se a dividendos declarados que foram revertidos no período subsequente.

(**) Inclui valor de ágio apurado na aquisição, no valor de R\$4.637.

Investida	Consolidado				
	31/12/19	Ajuste de conversão	Equivalência Patrimonial	Dividendos	30/09/20
O'Brien's do Brasil	3.706	-	2.674	(2.242)	4.138
OceanPact México	-	(236)	(919)	-	(1.155)
Total	3.706	(236)	1.755	(2.242)	2.983

Investida	Consolidado				
	01/07/20	Ajuste de conversão	Equivalência Patrimonial	Dividendos	30/09/20
O'Brien's do Brasil	5.677	-	703	(2.242)	4.138
OceanPact México	-	(236)	(919)	-	(1.155)
Total	5.677	(236)	(216)	(2.242)	2.983

Investida	Consolidado				
	31/12/18	Ajuste de conversão	Equivalência Patrimonial	Dividendos (*)	30/09/19
OceanPact Geociências	12.138	-	603	135	12.876
O'Brien's do Brasil	1.817	-	2.002	-	3.819
OML	13.788	1.805	(1.352)	-	14.241
Total	27.743	1.805	1.253	135	30.936

(*) Valor positivo refere-se a dividendos declarados que foram revertidos no período subsequente.

Investida	Consolidado				
	01/07/19	Ajuste de conversão	Equivalência Patrimonial	Dividendos	30/09/19
OceanPact Geociências	12.489	-	387	-	12.876
O'Brien's do Brasil	1.084	-	2.735	-	3.819
OML	13.207	1.805	(771)	-	14.241
Total	26.780	1.805	2.351	-	30.936

A apropriação dos juros e encargos capitalizados, referente ao empréstimo junto ao Banco Itaú BBA, no investimento da controlada OceanPact Navegação, é reconhecido no resultado de equivalência patrimonial. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 este valor foi de R\$153 (R\$204 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019). O saldo a apropriar referente a capitalização dos juros em 30 de setembro de 2020 é de R\$3.115 (R\$3.268 em 31 de dezembro de 2019).

(b) Informações financeiras resumidas das investidas e conciliação com as informações financeiras intermediárias da Companhia (Controladora e Consolidado)

Os saldos das coligadas, controladas e controladas em conjunto diretas da Companhia em 30 de setembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 estão apresentados a seguir.

Investidas	Em 30 de setembro de 2020					Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
OceanPact Navegação	29.132	280.928	37.979	268.275	3.806	48.472	(44.239)
OceanPact International	97	50.298	-	336	50.059	-	9.048
EnvironPact	1.646	1.988	1.104	2	2.528	750	1.914
OceanPact Uruguay	5	-	-	-	5	-	1
OceanPact Geociências	34.564	72.390	41.185	36.323	29.446	84.254	(1.793)
O'Brien's do Brasil	13.661	2.304	5.726	1.964	8.275	19.945	5.347
Servmar	20.737	19.700	19.075	10.808	10.554	56.913	(3.084)
OceanPact Netherlands	4.411	92.287	4.969	23.816	67.913	4.292	(2.711)
Maraú	2.550	0	22	-	2.528	-	28
OceanPact México	376	0	-	2.409	(2.033)	-	(1.838)
SLP	1	2.394	108	3.052	(765)	16	(367)
OML	26.654	34.619	11.117	2.692	47.464	9.410	1.856

Os saldos das coligadas, controladas e controladas em conjunto diretas da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 estão apresentados a seguir.

Investidas	Em 31 de dezembro de 2019					Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
OceanPact Navegação	13.289	246.445	23.405	188.284	48.045	41.700	(6.088)
OceanPact International	1.506	40.177	-	-	41.683	-	(5.764)
EnvironPact	482	1.784	1.011	4	1.251	66	994
OceanPact Uruguay	4	-	-	-	4	-	-
OceanPact Geociências	42.821	52.422	36.251	34.031	24.961	54.913	1.476
O'Brien's do Brasil	14.559	2.371	8.314	1.204	7.412	19.513	4.004
Servmar	28.898	22.550	26.530	11.279	13.639	89.750	(627)
OceanPact Netherlands	1.924	39.826	46	-	41.704	1.168	914
Maraú	2.529	1	30	-	2.500	-	7
OceanPact México	1.390	-	-	1.390	-	-	-

O quadro a seguir concilia as informações financeiras das investidas diretas da Companhia com os saldos dos investimentos e perda com investimento em controlada em conjunto, da controladora.

Em 30 de setembro de 2020	Controladora												
	OceanPact Navegação	OceanPact International	Environ Pact	OceanPact Uruguay	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	Servmar	OceanPact Netherlands	Maraú	SLP	OML	OceanPact México	Total
PL investida	3.806	50.059	2.528	5	29.446	8.275	10.554	67.913	2.528	(765)	47.464	(2.033)	
% participação direta	100%	100%	99,95%	99%	100%	26%	100%	100%	99,9%	96,78%	50%	50%	
Subtotal	3.806	50.059	2.527	5	29.446	2.152	10.554	67.913	2.525	(740)	23.732	(1.016)	
Mais valia - ganho remensuração	-	1.660	-	-	482	-	-	-	-	-	-	-	
Mais valia - aquisição participação	3.115	-	-	-	1.503	-	308	-	-	943	-	-	
Ágio	-	-	-	-	-	-	4.637	-	-	2.540	-	-	
Outros efeitos (*)	-	-	-	-	(639)	1	-	-	3	2.947	(3)	(139)	
Total investimentos (Perda com investimento em controlada em conjunto)	6.921	51.719	2.527	5	30.792	2.153	15.499	67.913	2.528	5.690	23.729	(1.155)	208.321

(*) Outros efeitos considerados na conciliação entre o patrimônio líquido da SLP e o valor do investimento da Controladora nesta investida é decorrente do saldo a ser aportado pela Controladora na SLP no valor de R\$3.047 considerando a participação detida pela Controladora nesta investida, saldo este parte da combinação de negócios descrita na nota explicativa nº 14.1, já adiantado à SLP, cujo ato societário referente ao aumento de capital ainda não foi concretizado até a data dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2019	Controladora									
	OceanPact Navegação	OceanPact International	EnvironPact	OceanPact Uruguay	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	Servmar	OceanPact Netherlands	Maraú	Total
PL investida	48.045	41.683	1.251	4	24.961	7.412	13.639	41.704	2.500	
% participação direta	100%	100%	99,95%	99%	100%	26%	100%	100%	99,9%	
Subtotal	48.045	41.683	1.250	4	24.961	1.927	13.639	41.704	2.498	
Mais valia - ganho remensuração	-	1.660	-	-	482	-	-	-	-	
Mais valia - aquisição participação	-	-	-	-	1.681	-	333	-	-	
Ágio	-	-	-	-	-	-	4.637	-	-	
Capitalização de juros	3.268	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros efeitos	-	-	1	-	(640)	-	-	-	2	
Total investimentos	51.313	43.343	1.251	4	26.484	1.927	18.609	41.704	2.500	187.135

O quadro a seguir concilia as informações financeiras das investidas diretas da Companhia com os saldos do resultado de equivalência patrimonial da controladora.

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020	Controladora											
	OceanPact Navegação	OceanPact International	EnvironPact	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	Servmar	OceanPact Netherlands	Maraú	SLP	OML	OceanPact México	Total
Lucro (prejuízo) da investida	(44.239)	9.048	1.914	(1.792)	5.347	(3.085)	(2.711)	28	(367)	1.856	(1.838)	
% participação direta	100%	100%	100%	100%	26%	100%	100%	99,9%	96,78%	50%	50%	
Subtotal	(44.239)	9.048	1.914	(1.792)	1.390	(3.085)	(2.711)	28	(356)	928	(919)	
Amortização de mais valia	-	-	-	(176)	-	(26)	-	-	-	-	-	
Amortização juros capitalizados	(153)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros efeitos	-	1	(638)	(1)	-	1	(1)	-	1	-	-	
Total resultado de equivalência	(44.392)	9.049	1.276	(1.969)	1.390	(3.110)	(2.712)	28	(355)	928	(919)	(40.786)

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019	Controladora									
	OceanPact Navegação	OceanPact International	EnvironPact	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	Servmar	OceanPact Netherlands	Maraú	Total	
Lucro (prejuízo) da investida	(6.088)	(5.764)	994	1.476	4.004	(627)	914	7		
% participação direta	100%	100%	100%	50%	26%	100%	100%	99,9%		
Subtotal	(6.088)	(5.764)	994	738	1.041	(627)	914	7		
Amortização de mais valia	-	-	-	-	-	(524)	-	-		
Amortização juros capitalizados	(153)	-	-	-	-	-	-	-		
Outros efeitos	-	-	(54)	(135)	-	-	-	-		
Total resultado de equivalência	(6.241)	(5.764)	940	603	1.041	(1.151)	914	7		(9.651)

Os quadros a seguir conciliam as informações financeiras das investidas diretas da Companhia com os saldos dos investimentos e perda com investimento em controlada em conjunto do consolidado.

Em 30 de setembro de 2020	Consolidado		
	O'Brien's do Brasil	OceanPact México	Total
PL investida	8.275	(2.033)	
% participação direta	50%	50%	
Total investimentos	4.138	(1.016)	
Outros efeitos	-	(139)	
Total resultado de equivalência	4.138	(1.155)	2.983

Em 31 de dezembro de 2019	Consolidado	
	O'Brien's do Brasil	
PL investida	7.412	
% participação direta	50%	
Total investimentos	3.706	

Os quadros a seguir conciliam as informações financeiras das investidas diretas da Companhia com os saldos do resultado de equivalência patrimonial do consolidado.

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020	Consolidado		
	O'Brien's do Brasil	OceanPact México	Total
Lucro (prejuízo) da investida	5.347	(1.838)	
% participação direta	50%	50%	
Total resultado de equivalência	2.674	(919)	1.755

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019	Consolidado			
	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	OML	Total
Lucro (prejuízo) da investida	1.476	4.004	(2.704)	
% participação direta	50%	50%	50%	
Total resultado de equivalência	738	2.002	(1.352)	
Outros efeitos	(135)	-	-	
Total resultado de equivalência	603	2.002	(1.352)	1.253

(c) Informações adicionais sobre determinadas investidas da Companhia

Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a OceanPact Tecnologia possuía capital social subscrito e não integralizado de R\$100,00 (cem reais), não possuindo ativos ou passivos nessas datas.

Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a OceanPact Uruguay possuía capital social subscrito e integralizado de R\$5 e R\$4, respectivamente.

A Companhia, em novembro de 2019, aumentou sua participação na Oceanpact Geociências, passando de 50% a 100% sua participação na investida em questão e, conseqüentemente, a OceanPact Geociências passou a ser uma controlada integral da Companhia a partir de 4 de novembro de 2019.

Em 30 de setembro de 2020, a OceanPact Serviços Marítimos possui um saldo a pagar aos vendedores, referente à aquisição da Servmar, no valor de R\$3.200, apresentado na rubrica "Outras obrigações" do passivo não circulante (R\$2.233 em 31 de dezembro de 2019). Não há incidência de juros sobre esse saldo e a Companhia tem a expectativa de efetuar o pagamento no final do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021.

Em 30 de setembro de 2020, a OceanPact Netherlands possuía capital subscrito e integralizado no valor de R\$73.437, equivalente a US\$13.019 mil (R\$43.602, equivalente a US\$10.819 mil em 31 de dezembro de 2019).

Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a Maraú possuía capital social integralizado de R\$2.500 e saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$2.550.

Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Camamú possuía capital social subscrito e não integralizado de R\$2.500, não possuindo ativos ou passivos nessa data.

Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a OceanPact México possuía capital social subscrito e não integralizado de R\$140, equivalentes a US\$ 26 mil.

A Cod Hole é uma investida indireta da Companhia, controlada da OceanPact International Holding Cayman e, portanto, consolidada nas informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia.

A OML é uma investida direta e indireta da Companhia, controlada em conjunto pela Companhia e pela OceanPact Geociências e, portanto, consolidada nas informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia desde 4 de novembro de 2019. Anteriormente denominada Gardline Maritime Limited, até a data da aquisição do controle, esta investida não era consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia, através da sua controlada OceanPact International detinha o controle compartilhado da OML, com 50% de participação, sendo os 50% remanescentes detidos por uma empresa terceira. Em 4 de novembro de 2019, a OceanPact Geociências adquiriu a participação de 50% na OML que era detida pelo terceiro, passando a OceanPact Geociências a exercer controle compartilhado com a OceanPact International na OML. Nesta mesma data a Companhia adquiriu a participação remanescente de 50% na OceanPact Geociências, e obteve o controle integral desta investida, que detém 50% de participação na OML desde 4 de novembro de 2019. Em 13 de agosto de 2020, a Companhia passou a deter de forma direta a participação de 50% na OML, anteriormente detida pela OceanPact International. A transferência se deu pelo valor contábil daquela data, de US\$4.160 mil, através de uma redução de capital da Companhia na OceanPact International, enquanto esta investida recomprou tais ações e as manteve em tesouraria. O valor da transação foi equivalente a 4.159.868 ações da OceanPact International.

A MMB é uma investida indireta da Companhia, controlada da Cod Hole e, portanto, consolidada nas informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram realizados pela Companhia aportes de capital na investida OceanPact International que somaram US\$1.120 mil, equivalente a R\$5.574.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram realizados pela Companhia aportes de capital na investida OceanPact International que somaram US\$2.200 mil, equivalente a R\$11.816.

14.1. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

a) Aquisição de controle Santa Lúcia Patrimonial ("SLP")

Em 20 de agosto de 2020, a Companhia, seguindo sua estratégia de crescimento dos negócios e com o principal objetivo de expansão de suas atividades operacionais de serviços ambientais e serviços submarinos, adquiriu a participação de 96,78% da SLP, e com isso o controle da empresa SLI.

O valor da aquisição, efetuada em 20 de agosto de 2020, foi de R\$6.042. A Companhia ainda não finalizou a elaboração do laudo PPA e, portanto, os valores apresentados a seguir são os valores provisórios reconhecidos da alocação do preço pago na referida combinação de negócios. Conforme CPC 15 (R1), equivalente ao IFRS 3, a Companhia pode ajustar os valores provisórios reconhecidos para uma combinação de negócios no prazo máximo de 1 ano, que é determinado como período de mensuração.

Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição - em milhares de reais - R\$:

Em 20 de agosto de 2020	Valores justos preliminares
<u>ATIVOS</u>	
Caixa e equivalentes	723
Clientes	1.879
Impostos a recuperar	817
Outros ativos	857
Imobilizado	2.158
Intangível	103
<u>PASSIVOS</u>	
Fornecedores	(653)
Tributos a pagar	(384)
Empréstimos e financiamentos	(820)
Imposto diferido passivo	(502)
Outros passivos	(559)
Ativos líquidos	3.619
Participação adquirida	96,78%
Ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos	3.502
Contraprestação transferida e a transferir	6.042
Montante não alocado – ágio (vide nota explicativa nº 18)	2.540

A combinação de negócios, na qual ocorreu a aquisição do controle da SLP, identificou, de forma preliminar, uma mais valia dos ativos imobilizados, no valor de R\$1.477, sendo 80% deste saldo referente a mais valia de máquinas e equipamentos. Esta mais valia preliminar foi reconhecida nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e será depreciada com base na vida útil remanescente dos ativos correspondentes, que corresponde na data da combinação a uma vida útil remanescente média de aproximadamente 2 anos.

15. DIVIDENDOS A RECEBER

A seguir apresentamos a movimentação dos saldos de dividendos a receber:

	Controladora			
	<u>31/12/19</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>	<u>30/09/20</u>
O'Briens do Brasil	389	(1.350)	1.164	203
OceanPact Navegação	1.392	-	-	1.392
EnvironPact	1.000	-	-	1.000
Maraú	20	-	-	20
	<u>2.801</u>	<u>(1.350)</u>	<u>1.164</u>	<u>2.615</u>

	Controladora			
	<u>31/12/18</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>	<u>30/09/19</u>
O'Briens do Brasil	8	(215)	207	-
OceanPact Geociências	135	(135)	-	-
OceanPact Navegação	2.382	(250)	-	2.132
	<u>2.525</u>	<u>(600)</u>	<u>207</u>	<u>2.132</u>

	Consolidado			
	<u>31/12/19</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>	<u>30/09/20</u>
O'Briens do Brasil	746	(2.600)	2.243	389
	<u>746</u>	<u>(2.600)</u>	<u>2.243</u>	<u>389</u>

	Consolidado			
	<u>31/12/18</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>	<u>30/09/19</u>
O'Briens do Brasil	14	(413)	399	-
OceanPact Geociências	135	(135)	-	-
	<u>149</u>	<u>(548)</u>	<u>399</u>	<u>-</u>

16. DIREITO DE USO

	Controladora								
	<u>31/12/19</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/09/20</u>	<u>31/12/18</u>	<u>Adoção Inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/09/19</u>
<u>Direito de uso</u>									
Imóveis - arrendamento	15.214	20.296	-	35.510	-	11.945	3.269	-	15.214
Embarcações - arrendamento	<u>14.878</u>	<u>9.481</u>	<u>(248)</u>	<u>24.111</u>	-	<u>24.797</u>	<u>8.863</u>	-	<u>33.660</u>
Subtotal	<u>30.092</u>	<u>29.777</u>	<u>(248)</u>	<u>59.621</u>	-	<u>36.742</u>	<u>12.132</u>	-	<u>48.874</u>
<u>Amortização acumulada</u>									
Imóveis - arrendamento	(1.926)	(1.590)	-	(3.516)	-	-	(1.422)	-	(1.422)
Embarcações - arrendamento	<u>(4.050)</u>	<u>(6.271)</u>	-	<u>(10.321)</u>	-	-	<u>(14.792)</u>	-	<u>(14.792)</u>
Subtotal	<u>(5.976)</u>	<u>(7.861)</u>	-	<u>(13.837)</u>	-	-	<u>(16.214)</u>	-	<u>(16.214)</u>
Total líquido	<u>24.116</u>	<u>21.916</u>	<u>(248)</u>	<u>45.784</u>	-	<u>36.742</u>	<u>(4.082)</u>	-	<u>32.660</u>
	<u>Consolidado</u>								
	<u>31/12/19</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/09/20</u>	<u>31/12/18</u>	<u>Adoção inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/09/19</u>
<u>Direito de uso</u>									
Imóveis - arrendamento	19.867	20.399	-	40.266	-	14.425	3.281	-	17.706
Embarcações - arrendamento	<u>14.065</u>	<u>35.262</u>	<u>(248)</u>	<u>49.079</u>	-	<u>24.797</u>	<u>5.736</u>	<u>(2.293)</u>	<u>28.240</u>
Subtotal	<u>33.932</u>	<u>55.661</u>	<u>(248)</u>	<u>89.345</u>	-	<u>39.222</u>	<u>9.017</u>	<u>(2.293)</u>	<u>45.946</u>
<u>Amortização acumulada</u>									
Imóveis - arrendamento	(2.774)	(2.279)	-	(5.053)	-	-	(1.732)	-	(1.732)
Embarcações - arrendamento	<u>(3.274)</u>	<u>(4.530)</u>	-	<u>(7.804)</u>	-	-	<u>(13.767)</u>	<u>388</u>	<u>(13.379)</u>
Subtotal	<u>(6.048)</u>	<u>(6.809)</u>	-	<u>(12.857)</u>	-	-	<u>(15.499)</u>	<u>388</u>	<u>(15.111)</u>
Total líquido	<u>27.884</u>	<u>48.852</u>	<u>(248)</u>	<u>76.488</u>	-	<u>39.222</u>	<u>(6.482)</u>	<u>(1.905)</u>	<u>30.835</u>

	Controladora							
	01/07/20	Adições	Ajustes	30/09/20	01/07/19	Adições	Baixas	30/09/19
<u>Direito de uso</u>								
Imóveis - arrendamento	15.214	20.296	-	35.510	15.214	-	-	15.214
Embarcações - arrendamento	19.479	4.632	-	24.111	32.610	1.050	-	33.660
Subtotal	34.693	24.928	-	59.621	47.824	1.050	-	48.874
<u>Amortização acumulada</u>								
Imóveis - arrendamento	(2.934)	(582)	-	(3.516)	(917)	(505)	-	(1.422)
Embarcações - arrendamento	(8.010)	(2.311)	-	(10.321)	(9.522)	(5.270)	-	(14.792)
Subtotal	(10.944)	(2.893)	-	(13.837)	(10.439)	(5.775)	-	(16.214)
Total líquido	23.749	22.035	-	45.784	37.385	(4.725)	-	32.660
	Consolidado							
	01/07/20	Adições	Ajustes	30/09/20	01/07/19	Adições	Baixas	30/09/19
<u>Direito de uso</u>								
Imóveis - arrendamento	19.867	20.399	-	40.266	17.706	-	-	17.706
Embarcações - arrendamento	18.666	30.413	-	49.079	30.039	-	(1.799)	28.240
Subtotal	38.533	50.812	-	89.345	47.745	-	(1.799)	45.946
<u>Amortização acumulada</u>								
Imóveis - arrendamento	(4.184)	(869)	-	(5.053)	(1.461)	(271)	-	(1.732)
Embarcações - arrendamento	(5.651)	(2.153)	-	(7.804)	(8.792)	(4.915)	328	(13.379)
Subtotal	(9.835)	(3.022)	-	(12.857)	(10.253)	(5.186)	328	(15.111)
Total líquido	28.698	47.790	-	76.488	37.492	(5.186)	(1.471)	30.835

O direito de uso de imóvel de terceiros e embarcações, são referentes a 12 contratos firmados pela Companhia e por suas controladas vigentes em 30 de setembro de 2020 (10 contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019). Vide nota explicativa nº 22 para maiores informações acerca dos contratos de arrendamento firmados e vigentes em 30 de setembro de 2020.

As taxas de amortização anual utilizadas pela Companhia e suas controladas, estão considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento, exceto com relação ao arrendamento de uma embarcação (Parcel do Bandolim), em que o direito de uso é amortizado considerando a vida útil remanescente para esta embarcação.

Não foi identificada necessidade de constituição de provisão para perda nos ativos desta natureza.

A controlada Servmar atua como arrendatária em determinados contratos de arrendamento firmados com terceiros, classificados como arrendamentos financeiros até 31 de dezembro de 2018, devido ao fato da controlada em questão reter substancialmente todos os riscos e benefícios dos bens arrendados. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2018, a controlada Servmar vinha reconhecendo em seu ativo imobilizado determinados bens arrendados, tendo como contrapartida o reconhecimento de passivo de arrendamento. Em função da aplicação da norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16 – Leases, tais saldos foram transferidos do imobilizado para direito de uso em 1º de janeiro de 2019.

17. IMOBILIZADO

					Controladora				
	31/12/19	Adições	Baixas	Transferência	30/09/20	31/12/18	Adições	Baixas	30/09/19
Custo corrigido:									
Embarcações e docagens	137.596	41.442	-	928	179.966	82.976	13.638	-	96.614
Máquinas e equipamentos	48.955	12.332	-	638	61.925	44.091	3927	(1.126)	46.892
Computadores e periféricos	2.193	581	-	-	2.774	1.592	426	-	2.018
Móveis e utensílios	918	87	-	-	1.005	487	404	-	891
Instalações	605	104	-	-	709	511	79	-	590
Benf. em imóveis de terceiros	5.714	49	-	-	5.763	2.037	2831	-	4.868
Adiantamentos a fornecedores	-	9.312	-	(1.566)	7.746	-	-	-	-
Subtotal	195.981	63.907	-	-	259.888	131.694	21.305	(1.126)	151.873
Depreciação acumulada:									
Embarcações e docagens	(67.761)	(10.730)	-	-	(78.491)	(51.805)	(10.401)	-	(62.206)
Máquinas e equipamentos	(21.910)	(3.552)	-	-	(25.462)	(18.339)	(3.347)	910	(20.776)
Computadores e periféricos	(1.360)	(222)	-	-	(1.582)	(1.152)	(148)	-	(1.300)
Móveis e utensílios	(362)	(68)	-	-	(430)	(304)	(36)	-	(340)
Instalações	(331)	(52)	-	-	(383)	(268)	(47)	-	(315)
Benf. em imóveis de terceiros	(2.100)	(535)	-	-	(2.635)	(2.022)	(16)	-	(2.038)
Subtotal	(93.824)	(15.159)	-	-	(108.983)	(73.890)	(13.995)	910	(86.975)
Total líquido	102.157	48.748	-	-	150.905	57.804	7.310	(216)	64.898

	Controladora								
	01/07/20	Adições	Baixas	Transferências	30/09/20	01/07/19	Adições	Baixas	30/09/19
Custo corrigido:									
Embarcações e docagens	174.019	5.019	-	928	179.966	90.300	6.314	-	96.614
Máquinas e equipamentos	54.518	6.769	-	638	61.925	46.688	1.330	(1.126)	46.892
Computadores e periféricos	2.547	227	-	-	2.774	1.760	258	-	2.018
Móveis e utensílios	1.005	-	-	-	1.005	491	400	-	891
Instalações	669	40	-	-	709	588	2	-	590
Benf. em imóveis de terceiros	5.749	14	-	-	5.763	2.455	2.413	-	4.868
Adiantamentos a fornecedores	4.003	5.309	-	(1.566)	7.746	-	-	-	-
Subtotal	242.510	17.378	-	-	259.888	142.282	10.717	(1.126)	151.873
Depreciação acumulada:									
Embarcações e docagens	(74.138)	(4.353)	-	-	(78.491)	(58.605)	(3.601)	-	(62.206)
Máquinas e equipamentos	(24.271)	(1.191)	-	-	(25.462)	(20.562)	(1.124)	910	(20.776)
Computadores e periféricos	(1.501)	(81)	-	-	(1.582)	(1.248)	(52)	-	(1.300)
Móveis e utensílios	(407)	(23)	-	-	(430)	(326)	(14)	-	(340)
Instalações	(365)	(18)	-	-	(383)	(299)	(16)	-	(315)
Benf. em imóveis de terceiros	(2.456)	(179)	-	-	(2.635)	(2.034)	(4)	-	(2.038)
Subtotal	(103.138)	(5.845)	-	-	(108.983)	(83.074)	(4.811)	910	(86.975)
Total líquido	139.372	11.533	-	-	150.905	59.208	5.906	(216)	64.898

	Consolidado											
	31/12/19	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Ajuste de Conversão	Transferências	30/09/20	31/12/18	Adições	Baixas	Ajuste de Conversão	30/09/19
Custo histórico:												
Embarcações e docagens	427.341	203	52.357	(53)	45.348	928	526.124	337.538	30.855	(3.557)	2.683	367.519
Máquinas e equipamentos	124.014	1.496	51.993	(14.599)	12.813	638	176.355	82.253	6.916	(3.655)	1.476	86.990
Computadores e periféricos	3.118	130	879	(6)	-	-	4.121	1.825	521	(30)	-	2.316
Móveis e utensílios	1.351	167	109	(1)	-	-	1.626	619	406	(48)	-	977
Instalações	877	50	126	-	-	-	1.053	529	79	-	-	608
Veículos	6.871	48	-	-	-	-	6.919	6.939	78	(4.118)	-	2.899
Terrenos	-	70	-	-	-	-	70	-	-	-	-	-
Benf. em imóveis de terceiros	6.578	-	631	-	-	-	7.209	2.036	3.263	-	-	5.299
Adiantamentos a fornecedores	-	-	12.916	-	-	(1.566)	11.350	-	-	-	-	-
Subtotal	570.150	2.164	119.011	(14.659)	58.161	-	734.827	431.739	42.118	(11.408)	4.159	466.608
Depreciação acumulada:												
Embarcações e docagens	(118.757)	-	(32.745)	9	(19.025)	-	(170.518)	(85.616)	(20.487)	243	(114)	(105.974)
Máquinas e equipamentos	(34.825)	-	(10.761)	3.421	(2.788)	-	(44.953)	(26.061)	(7.449)	1.223	(211)	(32.498)
Computadores e periféricos	(1.485)	-	(427)	(3)	-	-	(1.915)	(1.197)	(210)	30	-	(1.377)
Móveis e utensílios	(383)	-	(116)	1	-	-	(498)	(326)	(50)	24	-	(352)
Instalações	(338)	-	(86)	-	-	-	(424)	(268)	(47)	-	-	(315)
Veículos	(3.049)	-	-	-	-	-	(3.049)	(1.727)	(1.115)	1.390	-	(1.452)
Benf. em imóveis de terceiros	(2.189)	-	(1.568)	-	-	-	(3.757)	(2.022)	(61)	-	-	(2.083)
Subtotal	(161.026)	-	(45.703)	3.428	(21.813)	-	(225.114)	(117.217)	(29.419)	2.910	(325)	(144.051)
Total líquido	409.124	2.164	73.481	(11.231)	36.348	-	509.713	314.522	12.699	(8.498)	3.834	322.557

	Consolidado											
	01/07/20	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Ajuste de Conversão	Transferências	30/09/20	01/07/19	Adições	Baixas	Ajuste de Conversão	30/09/19
Custo histórico:												
Embarcações e docagens	505.338	203	14.992	-	4.663	928	526.124	348.715	15.994	(183)	2.993	367.519
Máquinas e equipamentos	152.866	1.496	19.766	-	1.589	638	176.355	84.904	3.460	(3.087)	1.713	86.990
Computadores e periféricos	3.707	130	290	(6)	-	-	4.121	2.078	268	(30)	-	2.316
Móveis e utensílios	1.439	167	21	(1)	-	-	1.626	623	400	(46)	-	977
Instalações	962	50	41	-	-	-	1.053	606	2	-	-	608
Veículos	6.871	48	-	-	-	-	6.919	4.546	78	(1.725)	-	2.899
Terrenos	-	70	-	-	-	-	70	-	-	-	-	-
Benf. em imóveis de terceiros	7.197	-	12	-	-	-	7.209	2.884	2.415	-	-	5.299
Adiantamentos a fornecedores	7.078	-	5.838	-	-	(1.566)	11.350	-	-	-	-	-
Subtotal	685.458	2.164	40.960	(7)	6.252	-	734.827	444.356	22.617	(5.071)	4.706	466.608
Depreciação acumulada:												
Embarcações e docagens	(156.853)	-	(11.460)	-	(2.205)	-	(170.518)	(98.374)	(7.494)	23	(129)	(105.974)
Máquinas e equipamentos	(40.433)	-	(4.520)	-	-	-	(44.953)	(32.898)	(477)	1.108	(231)	(32.498)
Computadores e periféricos	(1.759)	-	(153)	(3)	-	-	(1.915)	(1.337)	(70)	30	-	(1.377)
Móveis e utensílios	(460)	-	(39)	1	-	-	(498)	(357)	(18)	23	-	(352)
Instalações	(394)	-	(30)	-	-	-	(424)	(299)	(16)	0	-	(315)
Veículos	(3.049)	-	-	-	-	-	(3.049)	(1.868)	(711)	1.127	-	(1.452)
Benf. em imóveis de terceiros	(3.062)	-	(695)	-	-	-	(3.757)	(2.034)	(49)	0	-	(2.083)
Subtotal	(206.010)	-	(16.897)	(2)	(2.205)	-	(225.114)	(137.167)	(8.835)	2.311	(360)	(144.051)
Total líquido	479.448	2.164	24.063	(9)	4.047	-	509.713	307.189	13.782	(2.760)	4.346	322.557

As taxas de depreciação anual utilizadas pela Companhia, para todos os períodos reportados, considerando bens adquiridos novos, estão relacionadas a seguir.

Bens	Taxa anual
Embarcações	5% e 10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Móveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Benfeitorias imóveis e embarcações de terceiros	(*)
Veículos	20%
Docagens	20% e 40%

(*) Depreciação pelo prazo de locação dos bens de terceiros.

As adições dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 na linha de adiantamentos a fornecedores são decorrentes de adiantamentos efetuados pela Companhia e suas investidas para aquisição de materiais a serem utilizados na prestação de serviços de docagem nas embarcações do Grupo, merecendo destaque as embarcações Austral Abrolhos, Parcel das Paredes, Sealion, Seacor Grant, Seabulk Angra e Seabulk Brasil.

O empréstimo firmado entre a OceanPact Navegação e o BNDES tem as embarcações motivos dos financiamentos dadas em garantia desta dívida. As embarcações dadas em garantia deste empréstimo são Fernando de Noronha e Jim Obrien que possuem em conjunto valor contábil de R\$ 151.460 em 30 de setembro de 2020.

Nas datas-bases de 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou a análise dos indicativos de "impairment", concluindo não haver indicativos que apontassem uma eventual necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução a valor recuperável dos itens componentes do seu ativo imobilizado.

18. INTANGÍVEL

	Controladora			
	31/12/19	Adições	Baixas	30/09/20
Custo:				
Licenças de softwares	3.031	284	-	3.315
Adiantamentos a fornecedores	-	29	-	29
Amortização acumulada:				
Licenças de softwares	(2.100)	(422)	-	(2.522)
Total líquido	931	(109)	-	822

	Controladora			
	31/12/18	Adições	Baixas	30/09/19
Custo:				
Licenças de softwares	2.923	108	-	3.031
Amortização acumulada:				
Licenças de softwares	(1.536)	(423)	-	(1.959)
Total líquido	1.387	315	-	1.072

	Consolidado					
	31/12/19	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	30/09/20
Custo:						
Licenças de softwares	4.084	103	1.749	-	384	6.320
Ágio - Rentabilidade futura (*)	4.856	2.540	-	-	-	7.396
Adiantamentos a fornecedores	-	-	58	-	-	58
Amortização acumulada:						
Licenças de softwares	(2.293)	-	(694)	-	(71)	(3.058)
Total líquido	6.647	2.643	1.113	-	313	10.716

	Consolidado					
	31/12/18	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	30/09/19	
Custo:						
Licenças de softwares	3.412	604	-	75	4.091	
Ágio - Rentabilidade futura (*)	4.637	-	-	-	4.637	
Amortização acumulada:						
Licenças de softwares	(1.540)	(607)	-	(6)	(2.153)	
Total líquido	6.509	(3)	-	69	6.575	

(*) O ágio oriundo de rentabilidade futura é referente ao investimento na controlada Servmar, adquirida em 5 de janeiro de 2018 (vide nota explicativa nº 14) e da SLP, adquirida em 20 de agosto de 2020 (vide nota explicativa nº 13).

A taxa de amortização anual das licenças de softwares utilizada pela Companhia é de 20% para os períodos apresentados (controladora e consolidado).

Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou a análise de "impairment" de ativos intangíveis, concluindo não haver indicativos que apontassem uma eventual necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos itens componentes do seu ativo intangível, exceto o ágio, cuja avaliação deve ser anual.

Com relação ao ágio a Companhia efetuou, na data-base de 31 de dezembro de 2019, teste de impairment, concluindo não haver necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável do ágio. A Companhia utilizou como base para o teste de impairment, o valor em uso, tendo considerado as seguintes principais premissas no teste realizados:

- Foram considerados os fluxos de caixa futuros estimados para os próximos 5 anos, tendo como base informações históricas das investidas;
- Foi considerada taxa de crescimento de 1% a.a. (sem inflação);
- A taxa de desconto aplicada foi de 7,6% a.a. em termos reais e o fluxo não considerou inflação prevista; e
- Não foi considerada previsão de pagamentos de imposto de renda e contribuição social nos fluxos de caixa estimados.

19. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Subsea7 do Brasil Ltda.	5.932	9.140	5.932	9.140
Seacor Offshore do Brasil S.A.	-	343	-	343
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 25)	1.827	1.020	20	125
Outros fornecedores (*)	<u>23.074</u>	<u>19.426</u>	<u>38.076</u>	<u>40.354</u>
	<u>30.833</u>	<u>29.929</u>	<u>44.028</u>	<u>49.962</u>
Circulante	30.833	29.929	44.028	49.962

(*) Saldo pulverizado relacionados com contas a pagar da Companhia e suas controladas de materiais e serviços relacionados, principalmente, às atividades operacionais desempenhadas.

Em 30 de setembro de 2020, o saldo mais representativo era devido ao fornecedor Subsea7 do Brasil Ltda., correspondente a 16% do saldo em aberto para fins de controladora e 11% para fins de consolidado.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo mais representativo era devido ao fornecedor Subsea7 do Brasil Ltda., correspondente a 30% do saldo em aberto para fins de controladora e 18% para fins de consolidado.

A Subsea7 do Brasil Ltda. presta serviços de inspeção em embarcações e a Seacor Offshore do Brasil S.A. presta serviço referente a afretamento de embarcações, ambos serviços usuais no curso normal das atividades operacionais da Companhia.

20. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios, realizando depósitos judiciais quando necessário. As provisões para os eventuais desembolsos decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perda provável apresenta a seguinte composição e os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e em 30 de setembro de 2019, apresentam a seguinte movimentação:

	Controladora			Consolidado		
	Trabalhista	Cível	Total	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31/12/19	1.356	-	1.356	1.666	69	1.735
Provisões	11	-	11	97	-	97
Reversões	(1.313)	-	(1.313)	(1.399)	-	(1.399)
Pagamentos	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/20	<u>54</u>	<u>-</u>	<u>54</u>	<u>364</u>	<u>69</u>	<u>433</u>
Saldo em 31/12/18	12	-	12	115	137	252
Provisões	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/19	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>115</u>	<u>137</u>	<u>252</u>

	Controladora			Consolidado		
	Trabalhista	Cível	Total	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 01/07/20	78	-	78	385	69	454
Provisões	11	-	11	34	-	34
Reversões	(35)	-	(35)	(55)	-	(55)
Pagamentos	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/20	<u>54</u>	<u>-</u>	<u>54</u>	<u>364</u>	<u>69</u>	<u>433</u>
Saldo em 01/07/19	12	-	12	115	137	252
Provisões	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/19	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>115</u>	<u>137</u>	<u>252</u>

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 houve reversão de provisão relacionada a dois processos trabalhistas que tiveram a probabilidade de perda alterada de provável para remota e possível, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, nos valores de R\$885 e R\$243, respectivamente.

Os principais processos classificados com expectativa de perda provável e, portanto, constituídas provisões nas informações financeiras intermediárias estão resumidas abaixo:

- Trabalhistas: envolve reclamações trabalhistas, sendo que as mais relevantes, individualmente, dizem respeito a: horas extras, questionamento acerca de verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

Passivos contingentes com expectativa de perda possível

Os processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda é classificada como possível na opinião da Administração, baseada no entendimento dos seus consultores jurídicos externos, não possuem provisão correspondente reconhecida. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Trabalhistas	2.666	1.255	3.474	1.255
Cíveis	3.600	-	3.600	4.436
Tributárias	6.897	6.947	6.897	6.947
	<u>13.163</u>	<u>8.202</u>	<u>13.971</u>	<u>12.638</u>

As principais contingências em 30 de setembro de 2020, classificadas com expectativa de perda possível se referem à manifestação de inconformidade em face de retenções na fonte efetivamente sofridas e devidamente informadas (natureza tributária) no valor estimado de R\$5.851 e à arbitragem de fornecedor decorrente de rescisão de contrato de afretamento de casco pela controladora (natureza cível) no valor estimado de R\$3.493.

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES A PAGAR

21.1. Empréstimos e Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Aymoré	259	-	259	-
Banco ABC Brasil	-	13.139	-	23.252
Banco Bocom BBM	-	6.877	-	6.877
Banco Bradesco	-	48.990	110	50.141
Banco CCB Múltiplo	14.587	17.735	14.587	17.735
Banco do Brasil	7.777	-	7.777	-
Banco Guanabara	-	-	8.297	6.444
Banco Itaú	-	15.180	3.285	39.962
Banco Santander	5.922	8.804	19.078	30.607
BNDES	22.339	-	305.855	203.432
Caixa Econômica	19.920	-	30.272	-
FINEP	16.567	16.504	16.567	16.504
Total	<u>87.371</u>	<u>127.229</u>	<u>406.087</u>	<u>394.954</u>
Circulante	30.024	45.928	67.822	86.050
Não circulante	57.347	81.301	338.265	308.904

As taxas de juros e as datas dos vencimentos dos saldos de empréstimos e financiamentos, em aberto em 30 de setembro de 2020, estão discriminadas abaixo.

Instituições financeiras	Finalidade	Taxa de juros mensal (%)	Vencimento (*)
Aymoré	Financiamento de bens	1,15%	abr/23
Banco ABC Brasil	Capital de giro	0,17 a 0,41 + CDI	nov/22
Banco Bocom BBM	Capital de giro	0,14 + DI	dez/21
Banco Bradesco	Capital de giro	0,17 a 0,20 + CDI	nov/22
Banco CCB Múltiplo	Capital de giro	0,23 + CDI	dez/22
Banco do Brasil	Capital de giro	0,54 + CDI	abr/21
Banco Guanabara	Capital de giro	0,32 + CDI	set/22
Banco Itaú	Capital de giro e financiamento de bens	0,22 a 0,37 + CDI 0,17 + TLP	ago/25 jun/23
Banco Santander	Capital de giro	0,51 + TJLP 0,21 a 0,42 + CDI	nov/20 jul/23
BNDES	Financiamento de embarcações	0,23 a 0,32 + Variação do dólar	abr/32
Caixa Econômica	Capital de giro	0,36 + CDI	abr/23
FINEP	Financiamento de projeto	TJLP	abr/31

(*) As datas acima representam o vencimento máximo da dívida com a referida instituição financeira.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a controladora captou R\$20.486 junto ao BNDES para aquisição da embarcação Sealion, R\$19.900 com a Caixa Econômica Federal, R\$10.000 junto ao Banco do Brasil, R\$1.076 junto ao Banco Bradesco e R\$38.000 junto ao Banco Itaú, estes com a finalidade de capital de giro, e R\$358 junto à Aymore, objetivando financiamento de bens de ativo imobilizado.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a investida OceanPact Navegação captou R\$10.000 junto a Caixa Econômica com prazo de vencimento em 2023 e a investida OceanPact Geociências captou R\$4.837 junto ao Banco Guanabara com prazo de vencimento em 2021, ambos para capital de giro.

O saldo a pagar ao BNDES é referente ao empréstimo, concedido à controlada OceanPact Navegação pelo Fundo da Marinha Mercante em conexão com a construção de embarcações. Este contrato firmado com o BNDES foi celebrado em 17 de julho de 2014 apresenta cláusula obrigando a manutenção de uma conta centralizadora, onde deve ser mantido o valor correspondente a no mínimo três meses da dívida mensal, incluindo principal e juros (nota explicativa nº 6). O empréstimo junto ao BNDES é atrelado ao dólar norte-americano.

O financiamento junto à FINEP foi contratado em 25 de março de 2019 com o objetivo de realizar um projeto específico de plataforma Cronos, que integrará dados meteoceanográficos de diferentes fontes, com o objetivo de reduzir o tempo entre a detecção de um incidente e uma resposta eficaz. O valor total do contrato é de R\$34.834, tendo sido liberado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$16.460 e a primeira parcela será paga em um prazo de 48 meses a partir da data da assinatura do contrato. Em conexão com este empréstimo, a Companhia efetuou um depósito garantia junto ao Banco Bocom BBM e se comprometeu a efetuar depósitos mensais por 48 meses, ao longo do prazo de carência. Como contrapartida, o Banco Bocom BBM emitiu uma carta de fiança à FINEP, no valor de R\$16.675, em conexão com o financiamento em questão. Tal investimento poderá ser utilizado para quitar o referido financiamento em data futura e, em 30 de setembro de 2020 constituía um saldo de R\$10.704 (vide nota explicativa nº 6).

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos nos períodos apresentados, está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 01/07/20	148.049	486.839
Novas captações	54.538	53.488
Pagamentos de principal	(116.191)	(145.585)
Pagamentos de juros	(2.990)	(5.736)
Varição cambial	672	9.877
Juros apropriados	3.680	6.678
Combinações de negócio	-	640
Outros	(387)	(114)
Saldo em 30/09/20	<u>87.371</u>	<u>406.087</u>
Saldo em 01/07/19	59.850	281.441
Novas captações	19.075	19.075
Encargos a apropriar	(362)	(362)
Pagamentos de principal	(5.883)	(10.710)
Pagamentos de juros	(1.267)	(4.503)
Varição cambial	-	17.615
Juros apropriados	2.627	4.346
Saldo em 30/09/19	<u>74.040</u>	<u>306.902</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/19	127.229	394.954
Novas captações	89.820	104.657
Pagamentos de principal	(132.527)	(181.019)
Pagamentos de juros	(7.841)	(14.767)
Varição cambial	1.947	84.541
Juros apropriados	9.130	17.195
Combinações de negócio	-	640
Outros	(387)	(114)
Saldo em 30/09/20	<u>87.371</u>	<u>406.087</u>
Saldo em 31/12/18	36.123	262.350
Novas captações	53.421	61.921
Encargos a apropriar	(792)	(886)
Pagamentos de principal	(16.536)	(31.164)
Pagamentos de juros	(3.318)	(12.695)
Varição cambial	-	16.122
Juros apropriados	5.142	11.254
Saldo em 30/09/19	<u>74.040</u>	<u>306.902</u>

Os valores a pagar até a liquidação dos saldos apresentados anteriormente, classificadas no passivo não circulante, estão discriminados a seguir (não considera encargos futuros):

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	25.070	59.006
2022	16.538	54.227
2023	2.017	27.075
2024	2.026	26.838
Após 2025	11.696	171.119
Total	<u>57.347</u>	<u>338.265</u>

A Companhia não possui parcelas a pagar vencidas nas datas-bases apresentadas.

Alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras, que se descumpridas implicam no vencimento antecipado das dívidas. A Companhia informa que todas as cláusulas restritivas foram atingidas nas datas-bases apresentadas. A seguir listamos estas principais cláusulas dos empréstimos e financiamentos em aberto:

Instituições financeiras	Principais cláusulas restritivas
Banco Santander BNDES	Atingimento de DFL / EBITDA de 2x em 2020 e 1,5x a partir de 2021 Manutenção do saldo da conta centralizadora, cumprimento de determinadas obrigações relacionadas a treinamento em caso de redução de pessoal, adoção de medidas de proteção ao meio ambiente

Além das principais cláusulas restritivas mencionadas acima, alguns contratos possuem determinadas obrigações de entrega de demonstrações financeiras, aprovação prévia em caso de alteração do controle societário, dentre outras.

21.2. Debêntures a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Circulante	11.786	-	11.786	-
Não circulante	228.193	-	228.193	-
Total	<u>239.979</u>	<u>-</u>	<u>239.979</u>	<u>-</u>

A movimentação do saldo de debêntures a pagar nos períodos apresentados, está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/07/20	-	-
Novas captações	249.375	249.375
Custos de emissão	(9.528)	(9.528)
Apropriação de custos	15	15
Apropriação de juros	115	115
Outros	2	2
Saldo em 30/09/20	<u>239.979</u>	<u>239.979</u>

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/19	-	-
Novas captações	249.375	249.375
Custos de emissão	(9.528)	(9.528)
Apropriação de custos	15	15
Apropriação de juros	115	115
Outros	2	2
Saldo em 30/09/20	<u>239.979</u>	<u>239.979</u>

As principais informações acerca das debêntures emitidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 estão apresentadas a seguir:

OPERAÇÃO	DEBÊNTURES 01	DEBÊNTURES 02
Instituições financeiras	BRA ITAU ABC BV	BBM ALFA
Data emissão	28/09/2020	30/09/2020
Valor emissão	R\$ 204.000	R\$ 61.000
Liberação até 30/09/2020	R\$ 204.000	R\$ 45.375
Taxa de remuneração anual	CDI + 5,50%	CDI + 5,50%
Comissão	3%	3%
Amortização	Trimestral (1 ano de carência e amortização em 17 parcelas)	Trimestral (1 ano de carência e amortização em 17 parcelas)
Cláusulas restritivas (indicadores financeiros mensuração anual)	Indicador: Dívida Líquida / EBITDA 3x em 2020 2x em 2021 1,5x em 2022	Indicador: Dívida Líquida / EBITDA 3x em 2020 2x em 2021 1,5x em 2022

Foram oferecidos como garantias contratos firmados de prestação de serviços com a Petrobras e aval do acionista controlador (pessoa física) da Companhia.

Os valores a pagar até a liquidação dos saldos apresentados anteriormente, classificadas no passivo não circulante, estão discriminados a seguir (não considera encargos futuros):

Ano	Controladora	Consolidado
2021	13.936	13.936
2022	56.159	56.159
2023	56.831	56.831
2024	57.567	57.567
2025	43.701	43.700
Total	<u>228.193</u>	<u>228.193</u>

A Companhia não possui parcelas a pagar vencidas nas datas-bases apresentadas.

22. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Controladora	Consolidado
Passivo de arrendamento em 31/12/2018	-	8.982
Adoção inicial IFRS 16	36.742	39.222
Juros apropriados	3.116	3.329
Novos arrendamentos	12.132	3.282
Pagamentos de principal	(9.970)	(12.759)
Pagamentos de juros	(1.764)	(2.253)
Passivo de arrendamento em 30/09/2019	<u>40.256</u>	<u>39.803</u>
Passivo de arrendamento em 31/12/2019	<u>29.422</u>	<u>30.600</u>
Juros apropriados	2.442	3.226
Novos arrendamentos	29.777	55.661
Pagamentos de principal	(7.719)	(8.422)
Pagamentos de juros	(1.909)	(2.492)
Baixa de arrendamentos	(248)	(248)
Outros	(79)	(98)
Passivo de arrendamento em 30/09/2020	<u>51.686</u>	<u>78.227</u>
Máquinas e equipamentos	-	1.210
Imóveis	35.403	39.554
Embarcações	16.283	37.463

	Controladora	Consolidado
Passivo de arrendamento em 01/07/2019	43.398	44.851
Juros apropriados	1.035	1.037
Novos arrendamentos	1.051	-
Pagamentos de principal	(4.544)	(5.244)
Pagamentos de juros	(684)	(841)
Passivo de arrendamento em 30/09/2019	40.256	39.803
Passivo de arrendamento em 01/07/2020	31.158	31.748
Juros apropriados	961	1.606
Novos arrendamentos	24.928	50.812
Pagamentos de principal	(4.446)	(4.763)
Pagamentos de juros	(858)	(1.100)
Outros	(57)	(76)
Passivo de arrendamento em 30/09/2020	51.686	78.227

As naturezas dos contratos de arrendamento firmados pela Companhia e suas controladas, vigentes em 30 de setembro de 2020, assim como data de vencimento, período de vigência e as taxas de desconto utilizadas, estão apresentadas a seguir.

Tipo de contrato – Direito de uso	Taxa desconto mensal	Vigência do contrato	Vencimento
1 Imóvel Filial Niterói	0,91%	8 anos	mai/27
2 Imóvel Filial Guarujá	0,91%	3 anos	jun/22
3 Imóvel Matriz	0,87%	6 anos	abr/25
4 Imóvel Filial Macaé	0,91%	3 anos	out/22
5 Imóvel Filial São João da Barra	0,91%	8 anos	set/27
6 Imóvel Itaipuaçu Codepe	0,86%	10 anos	jul/30
7 Imóvel São João da Barra Codepe	1,10%	25 anos	ago/45
8 Imóvel São João da Barra Codepe - área adicional	0,77%	3 anos	jun/23
9 Afretamento embarcação BS Camboriu	0,81%	3 anos	nov/22
10 Afretamento embarcação Parcel das Paredes (*)	0,78%	3 anos	ago/23
11 Afretamento embarcação Seacor Grant (*)	0,74%	3 anos	mar/22
12 Afretamento embarcação Didi K	0,60%	16 meses	abr/21
13 Afretamento embarcação Parcel do Bandolim (**)	0,80%	5 anos	Jun/25

(*) Contratos de afretamento firmados entre a Companhia e a sua controlada OceanPact Netherlands. O passivo de arrendamento referentes a essas embarcações é de R\$ 11.004 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 8.515 em 31 de dezembro de 2019).

(**) O contrato de afretamento da embarcação Parcel do Bandolim possui opção de compra ao final do prazo de vigência.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Passivo de arrendamento - circulante	10.796	7.411	16.475	6.771
Passivo de arrendamentos - não circulante	40.890	22.011	61.752	23.829
Total do passivo de arrendamento	51.686	29.422	78.227	30.600

	Controladora		Consolidado	
	01/01/20 a 30/09/20	01/01/19 a 30/09/19	01/01/20 a 30/09/20	01/01/19 a 30/09/19
Despesa de aluguel (itens de pequeno valor e curto prazo) ⁽¹⁾	27.218	8.883	23.180	13.247
Depreciação de direito de uso (despesa e custo)	7.861	16.214	6.809	15.499
Juros de arrendamentos (despesa)	2.442	3.116	3.226	3.329
Total do resultado	37.521	28.213	33.215	32.075
Pagamento de principal de arrendamentos	7.719	9.970	8.422	12.759
Pagamento de juros de arrendamentos	1.909	1.764	2.492	2.253
Créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos	(929)	(993)	(1.053)	(1.116)
Total de pagamentos	8.699	10.741	9.861	13.896

⁽¹⁾ Valores reconhecidos no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 como despesa de aluguel, referente a itens considerados como itens de pequeno valor e arrendamentos de curto prazo (prazo inferior a 12 meses), adotados como expedientes práticos pelo Grupo quando da adoção do pronunciamento CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

	Controladora		Consolidado	
	01/07/20 a 30/09/20	01/07/19 a 30/09/19	01/07/20 a 30/09/20	01/07/19 a 30/09/19
Despesa de aluguel (itens pequeno valor e curto prazo) ⁽¹⁾	8.964	852	1.901	2.192
Depreciação de direito de uso (despesa e custo)	2.893	5.775	3.022	5.186
Juros de arrendamentos (despesa)	1.016	1.281	1.735	1.314
Total do resultado	12.873	7.908	6.658	8.692
Pagamento de principal de arrendamentos	4.446	4.544	4.763	5.244
Pagamento de juros de arrendamentos	858	684	1.101	841
Créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos	(583)	(472)	(649)	(401)
Total de pagamentos	4.721	4.756	5.215	5.684

⁽¹⁾ Valores reconhecidos no resultado do período de três meses findo em 30 de setembro de 2020 como despesa de aluguel, referente a itens considerados como itens de pequeno valor e arrendamentos de curto prazo (prazo inferior a 12 meses), adotados como expedientes práticos pelo Grupo quando da adoção do pronunciamento CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

Os fluxos futuros do passivo de arrendamento (descontados e não descontados), base para apuração de créditos de PIS e COFINS, estão apresentados a seguir, assim como o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
<u>Fluxos de caixa nominais</u>				
Contraprestação do arrendamento	104.789	28.165	108.867	32.648
Potencial PIS e COFINS a recuperar (9,25%)	9.693	2.605	10.070	3.020
	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
<u>Fluxos de caixa descontados</u>				
Contraprestação do arrendamento	48.219	20.062	51.298	23.275
Potencial PIS e COFINS a recuperar (9,25%)	4.460	1.856	4.745	2.153

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A Administração entende que os saldos de contas a receber e a pagar entre partes relacionadas e o saldo de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, este último atrelado ao dólar, possuem condições pactuadas que são específicas para esta natureza de transação e assim sendo julgam que os saldos contábeis se aproximam de seus valores justos. Os saldos de empréstimos com bancos privados são pactuados a taxas de mercado vigentes vinculadas ao CDI e TJLP, conforme o caso e, portanto, refletem o valor atual de mercado. Os valores justos dos demais instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas se aproximam de seus respectivos valores contábeis considerando as suas naturezas, prazos de vencimento e expectativas de perda.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia, em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, são como segue:

	Controladora			
	30/09/20		31/12/19	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e bancos	47.874	47.874	1.185	1.185
Aplicações financeiras	159.960	159.960	11.986	11.986
Clientes	49.655	49.655	69.641	69.641
Empréstimos a partes relacionadas	28.090	28.090	1.390	1.390
Outros valores a receber, exceto despesas antecipadas	13.182	13.182	9.550	9.550
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	30.833	30.833	29.929	29.929
Empréstimos e financiamentos	87.371	87.371	127.229	127.229
Debêntures a pagar	239.979	239.979	-	-
Passivo de arrendamento	51.686	51.686	29.422	29.422
Empréstimos de partes relacionadas	66.743	66.743	50.743	50.743

	Consolidado			
	30/09/20		31/12/19	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e bancos	58.331	58.331	8.459	8.459
Aplicações financeiras	202.095	202.095	42.649	42.649
Clientes	88.426	88.426	114.776	114.776
Empréstimos partes relacionadas	1.388	1.388	1.470	1.470
Outros valores a receber, exceto despesas antecipadas	21.241	21.241	16.908	16.908
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	44.028	44.028	49.962	49.962
Empréstimos e financiamentos	406.087	406.087	394.954	394.954
Debêntures a pagar	239.979	239.979	-	-
Passivo de arrendamento	78.227	78.227	30.600	30.600
Empréstimos de partes relacionadas	-	-	38	38
<u>Instrumento financeiro</u>				
Caixa e bancos	<u>Categoria e forma de mensuração</u> Custo amortizado			
Aplicações financeiras	Custo amortizado			
Clientes	Custo amortizado			
Empréstimos a partes relacionadas	Custo amortizado			
Outros valores a receber, exceto despesas antecipadas	Custo amortizado			
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos ao custo amortizado			
Debêntures a pagar	Outros passivos ao custo amortizado			
Passivo de arrendamento	Outros passivos ao custo amortizado			
Empréstimos de partes relacionadas	Outros passivos ao custo amortizado			

a) Risco de taxa de câmbio

A controlada da Companhia OceanPact Navegação possui instrumentos financeiros passivos (empréstimo - BNDES) que podem gerar impacto nos fluxos de caixa futuros e nos resultados em caso de variação significativa da taxa de câmbio do dólar norte-americano em relação ao real.

Com relação ao risco do empréstimo obtido junto ao BNDES, a controlada da Companhia OceanPact Navegação celebrou o contrato de prestação de serviços com a Petrobras atrelando 25% da receita ao dólar norte-americano, de forma a proteger seus fluxos de caixa futuros da variação da moeda. Adicionalmente, a Administração monitora as evoluções nas taxas cambiais e os possíveis impactos das mesmas sobre suas operações.

b) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros sobre suas aplicações financeiras atreladas ao CDI e sobre determinados saldos passivos de empréstimos e financiamentos, atrelados à CDI e TJLP, conforme o caso, e a Administração monitora os patamares e expectativas da taxa CDI e da TJLP e os possíveis impactos sobre suas operações.

c) Risco de mercado

Em relação aos riscos do setor de óleo e gás, dois fatores se destacam: (i) Manutenção dos preços do barril de petróleo em níveis considerados baixos, desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A Companhia não é afetada diretamente por esse risco, uma vez que não possui contratos ou qualquer tipo de remuneração atrelada ao preço do petróleo, no entanto, vem tendo suas operações impactadas pela diminuição das atividades desse segmento

no Brasil: e (ii) a conjuntura envolvendo a Petrobras, estatal brasileira que é a maior empresa do segmento de petróleo no país, e as investigações recentes, cujo resultado poderá impactar os seus planos de investimento.

Em termos consolidados, o cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 48% do total da receita bruta consolidada do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. e Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística), representou 57% da receita bruta consolidada do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

d) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Até 1 ano	30.833	29.929	44.028	49.962
Fornecedores	30.833	29.929	44.028	49.962
Até 1 ano	34.137	46.258	81.999	93.312
De 1 a 2 anos	27.434	42.657	69.196	83.246
De 2 a 5 anos	23.490	29.773	127.536	109.499
Após 5 anos	13.951	15.831	191.290	137.058
Empréstimos e financiamentos	99.012	134.519	470.021	423.115
Até 1 ano	33.968	-	33.968	-
De 1 a 2 anos	75.324	-	75.324	-
De 2 a 5 anos	198.428	-	198.428	-
Após 5 anos	-	-	-	-
Debêntures a pagar	307.720	-	307.720	-
Até 1 ano	19.373	9.972	17.176	10.118
De 1 a 5 anos	28.889	21.542	27.095	23.246
Após 5 anos	74.706	6.336	74.875	6.746
Passivo de arrendamentos	122.968	37.850	119.146	40.110

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25, os empréstimos com partes relacionadas possuem prazo indeterminado e, portanto, não foram incluídos no demonstrativo acima.

e) Tabelas de sensibilidade

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

Variação Cambial - USD

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia possuía R\$962 a pagar a fornecedores estrangeiros atrelado ao dólar e, em conjunto com suas controladas, o saldo de fornecedores consolidado a pagar a fornecedores estrangeiros atrelado ao dólar é de R\$1.025 e o montante de R\$22.339 e R\$305.855 de financiamentos a pagar ao BNDES (controladora e consolidado, respectivamente). Esses valores a pagar são atrelados ao dólar norte-americano, convertidos para reais à taxa vigente. Os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando o encerramento do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2020, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras contendo tal análise, estão demonstrados a seguir, tendo como expectativa de mercado dados do boletim Focus (BACEN) divulgado em 25 de setembro de 2020.

<u>Controladora – 30/09/20</u>	<u>Saldo em R\$ mil</u>	<u>Saldo em USD mil</u>			
<u>Operações</u>					
Fornecedores	962	171			
Empréstimos e financiamentos	22.339	3.960			
<u>Consolidado</u>			<u>Cenários</u>		
<u>Variação de moeda</u>	<u>30/09/20</u>	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	
Dólar norte-americano	5,64	5,25	6,56	7,88	
<u>Impacto no resultado</u>					
Fornecedores	USD 171 mil	(67)	157	383	
Empréstimos e financiamentos	USD 3.960 mil	(1.547)	3.640	8.868	
Despesa (receita)		(1.614)	3.797	9.251	
<hr/>					
<u>Consolidado – 30/09/20</u>	<u>Saldo em R\$ mil</u>	<u>Saldo em USD mil</u>			
<u>Operações</u>					
Fornecedores	1.025	182			
Empréstimos e financiamentos	305.855	54.223			
<u>Consolidado</u>			<u>Cenários</u>		
<u>Variação de moeda</u>	<u>30/09/20</u>	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	
Dólar norte-americano	5,64	5,25	6,56	7,88	
<u>Impacto no resultado</u>					
Fornecedores	USD 182 mil	(71)	167	408	
Empréstimos e Financiamentos	USD 54.223 mil	(21.189)	49.856	121.444	
Despesa (receita)		(21.260)	50.023	121.852	

Variação Cambial - NOK

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia para fins de controladora e consolidado possuía R\$2.303, a pagar a fornecedores estrangeiros atrelado à coroa norueguesa (NOK). Esses valores a pagar são atrelados à coroa norueguesa, convertidos para reais à taxa vigente. Os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando um horizonte até o encerramento do exercício social, estão demonstrados a seguir, no cenário considerado pela Administração como mais provável, tendo como expectativa de mercado dados do relatório SEB divulgado em 17 de setembro de 2020.

Controladora e Consolidado – 30/09/20	Saldo em R\$ mil	Saldo em NOK mil		
<u>Operações</u>				
Fornecedores	2.303	3.825		
<u>Consolidado</u>				
<u>Variação de moeda</u>	<u>31/09/20</u>	<u>Cenários</u>		
		<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
Coroa norueguesa	0,60	0,58	0,73	0,87
<u>Impacto no resultado</u>				
Fornecedores	NOK 3.825 mil	(85)	489	1.025
Despesa (receita)		(85)	489	1.025

Taxa de juros - CDI

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem saldos ativos e passivos consolidados atrelados à taxa CDI, compostos basicamente por títulos e valores mobiliários, equivalentes de caixa, debêntures e empréstimos e financiamentos. Tais saldos, em 30 de setembro de 2020 apresentam uma exposição líquida passiva de R\$128.484 na controladora e R\$121.549 no consolidado. Os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando o encerramento do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2020, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras contendo tal análise, estão demonstrados a seguir, tendo como expectativa de mercado dados do boletim Focus (BACEN) divulgado em 25 de setembro de 2020.

Controladora	Saldo em 30/09/20	Indexador
<u>Operações</u>		
Equivalentes de caixa	141.256	98% do CDI
Títulos e valores mobiliários	18.704	98% do CDI
Debêntures	239.979	CDI + 5,5% a.a.
Empréstimos e financiamentos	48.465	CDI + 4,41% a.a. (*)

(*) Indexador médio ponderado dos saldos atrelados ao CDI.

Controladora	Cenários			
<u>Variação de taxa de juros</u>	<u>30/09/20</u>	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
CDI	98% CDI	2% x 98%	1,5% x 98%	1% x 98%
Equivalentes de caixa	141.256	(2.769)	(2.076)	(1.384)
Títulos e valores mobiliários	18.704	(367)	(275)	(183)
Despesa (receita)		(3.136)	(2.351)	(1.567)

Controladora		Cenários		
Variação de taxa de juros	30/09/20	Provável	25%	50%
CDI	CDI + 5,5%	2% + 5,5%	2,5% + 5,5%	3% + 5,5%
Debêntures	239.979	17.998	19.198	20.398
Despesa (receita)		17.998	19.198	20.398

Controladora		Cenários		
Variação de taxa de juros	30/09/20	Provável	25%	50%
CDI	CDI + 4,41%	2% + 4,41%	2,5% + 4,41%	3% + 4,41%
Empréstimos e financiamentos	48.465	3.107	3.349	3.591
Despesa (receita)		3.107	3.349	3.591
Efeito líquido total exposição CDI		17.969	20.196	22.422

Consolidado	Saldo em 30/09/20	Indexador
<u>Operações</u>		
Equivalentes de caixa	176.631	98% do CDI
Títulos e valores mobiliários	25.464	98% do CDI
Debêntures	239.979	CDI + 5,5% a.a.
Empréstimos e financiamentos	83.665	CDI + 4,03% a.a. (*)

(*) Indexador médio ponderado dos saldos atrelados ao CDI.

Consolidado	Cenários			
Variação de taxa de juros	30/09/20	Provável	25%	50%
CDI	98% CDI	2% x 98%	1,5% x 98%	1% x 98%
Equivalentes de caixa	176.631	(3.462)	(2.596)	(1.731)
Títulos e valores mobiliários	25.464	(499)	(374)	(250)
Despesa (receita)		(3.961)	(2.970)	(1.981)

Consolidado	Cenários			
Variação de taxa de juros	30/09/20	Provável	25%	50%
CDI	CDI + 5,5%	2% + 5,5%	2,5% + 5,5%	3% + 5,5%
Debêntures	239.979	17.998	19.198	20.398
Despesa (receita)		17.998	19.198	20.398

Consolidado	Cenários			
Variação de taxa de juros	30/09/20	Provável	25%	50%
CDI	CDI + 4,41%	2% + 4,03%	2,5% + 4,03%	3% + 4,03%
Empréstimos e financiamentos	83.665	5.045	5.463	5.882
Despesa (receita)		5.045	5.463	5.882
Efeito líquido total exposição CDI		19.082	21.691	24.299

• Taxa de juros - TJLP

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem saldos passivos consolidados atrelados à TJLP, compostos basicamente por empréstimos e financiamentos. Tais saldos, em 30 de setembro de 2020 apresentam uma exposição passiva de R\$16.567 na controladora e no consolidado. Com base em projeções divulgadas pelo Bradesco foi obtida a projeção da TJLP para fim do exercício de 2020, de 4,55%, sendo este definido como cenário provável. A partir desse cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos, sempre deteriorados.

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Saldo em 30/09/20</u>	<u>Indexador</u>
<u>Operações</u>		
Empréstimos e financiamentos	16.567	TJLP + 0,12% a.a. (*)

(*) Indexador médio ponderado dos saldos atrelados à TJLP

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>30/09/20</u>	<u>Cenários</u>		
<u>Varição de taxa de juros</u>		<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
TJLP	TJLP+0,12%	4,55%+0,12%	5,69%+0,12%	6,82%+0,12%
Empréstimos e financiamentos	16.567	774	963	1.150
Despesa (receita)		774	963	1.150

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>30/09/20</u>	<u>31/12/19</u>
Multas contratuais clientes (*)	859	3.671	1.687	3.756
Adiantamentos de partes relacionadas (nota explicativa nº 25)	121	4.697	-	-
Aquisição de investimento (**)	3.200	2.233	3.200	2.233
Outras obrigações	-	83	4.060	2.719
Total	4.180	10.684	8.947	8.708
Circulante	1.141	8.886	5.293	7.289
Não circulante	3.039	1.798	3.654	1.419

(*) Referente a multas devido ao descumprimento de cláusulas contratuais com clientes, substancialmente Petrobras.

(**) Em 30 de setembro de 2020, a OceanPact Serviços Marítimos possui um saldo a pagar aos vendedores, referente à aquisição da Servmar, no valor de R\$3.200, sendo o valor de R\$740 classificado no passivo circulante e o valor R\$2.460 apresentado no passivo não circulante, sem pagamentos durante os nove primeiros meses de 2020 (vide nota explicativa nº 14).

25. PARTES RELACIONADAS

25.1. Remuneração dos Administradores

Os diretores estatutários compõem o quadro de Administradores da Companhia (pessoal chave). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, os valores pagos foram de R\$3.329 (R\$2.476 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019).

Em relação ao consolidado, os valores pagos aos Administradores foram de R\$5.661 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 (R\$3.547 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019).

A Companhia não possui Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria instalados nos períodos apresentados nestas informações financeiras intermediárias.

	Controladora		Consolidado	
	01/01/20 a 30/09/20	01/01/19 a 30/09/19	01/01/20 a 30/09/20	01/01/19 a 30/09/19
Benefícios de curto prazo: Pro labore	3.329	2.476	5.661	3.547
	<u>3.329</u>	<u>2.476</u>	<u>5.661</u>	<u>3.547</u>
	Controladora		Consolidado	
	01/07/20 a 30/09/20	01/07/19 a 30/09/19	01/07/20 a 30/09/20	01/07/19 a 30/09/19
Benefícios de curto prazo: Pro labore	1.184	825	1.891	1.183
	<u>1.184</u>	<u>825</u>	<u>1.891</u>	<u>1.183</u>

A Companhia e suas controladas não possuem benefícios de longo prazo e outros benefícios de curto prazo além dos divulgados acima, concedido aos seus Administradores.

25.2. Resumo de transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Clientes (vide nota explicativa nº 7)	29	1.741	21	47
Compartilhamento de despesas	747	1.085	91	143
Empréstimos a receber	28.090	1.390	1.388	1.470
Dividendos a receber (vide nota explicativa nº 15)	-	2.801	-	746
Outros valores a receber (vide nota explicativa nº 12)	185	61	1	1
Total saldos ativos com partes relacionadas	<u>29.051</u>	<u>7.078</u>	<u>1.501</u>	<u>2.407</u>
Fornecedores (vide nota explicativa nº 19)	(1.827)	(1.020)	(20)	(125)
Empréstimos a pagar	(66.743)	(50.743)	-	(38)
Dividendos a pagar (vide nota explicativa nº 26.d)	(13.837)	(13.519)	(13.837)	(13.525)
Outras obrigações a pagar (vide nota explicativa nº 24)	(121)	(4.697)	-	-
Total saldos passivos com partes relacionadas	<u>(82.528)</u>	<u>(69.979)</u>	<u>(13.857)</u>	<u>(13.688)</u>

		Controladora					
		30/09/2020					
Companhias	Clientes	Compartilhamento de despesas a receber	Empréstimos		Outros valores a receber	Fornecedores	Outras obrigações
			A receber	A pagar			
			OceanPact Navegação	-			
OceanPact Geociências	27	180	21.000	-	19	(888)	-
O'Brien's do Brasil	2	91	-	-	1	(13)	-
Cod Hole	-	-	-	-	-	(50)	-
MMB	-	-	-	-	-	(876)	-
Servmar	-	223	5.814	-	115	-	(121)
OceanPact México	-	-	1.276	-	-	-	-
Total	29	747	28.090	(66.743)	185	(1.827)	(121)

		Controladora					
		31/12/2019					
Companhias	Clientes	Compartilhamento de despesas a receber	Empréstimos		Outros valores a receber	Fornecedores	Outras obrigações
			A receber	A pagar			
			OceanPact Navegação	-			
OceanPact Geociências	1.727	241	-	-	60	-	(4.697)
O'Brien's do Brasil	14	143	-	-	1	-	-
OceanPact International	-	-	-	-	-	(125)	-
MMB	-	-	-	-	-	(414)	-
Servmar	-	316	-	-	-	(481)	-
OceanPact Mexico	-	-	1.390	-	-	-	-
Total	1.741	1.085	1.390	(50.743)	61	(1.020)	(4.697)

Companhias	Controladora			
	01/07/20 a 30/09/20		01/07/19 a 30/09/19	
	Receitas	Custos e despesas	Receitas	Custos e despesas
OceanPact Navegação	-	(5)	-	(51)
OceanPact Geociências	39	(266)	-	(4)
O'Brien's do Brasil	88	(105)	-	-
Cod Hole	-	(573)	-	(414)
MMB	-	(35)	-	(274)
OceanPact Netherlands	-	(228)	-	(402)
Total	<u>127</u>	<u>(1.212)</u>	<u>-</u>	<u>(1.145)</u>

Companhias	Controladora			
	01/01/20 a 30/09/20		01/01/19 a 30/09/19	
	Receitas	Custos e despesas	Receitas	Custos e despesas
OceanPact Navegação	-	(5)	-	(211)
OceanPact Geociências	5.712	(888)	-	(9)
O'Brien's do Brasil	88	(105)	87	(21)
Cod Hole	-	(573)	-	(939)
MMB	-	(498)	-	(726)
OceanPact Netherlands	-	(3.332)	-	-
Total	<u>5.800</u>	<u>(5.401)</u>	<u>87</u>	<u>(1.906)</u>

Os saldos a receber da OceanPact Geociências correspondem a serviços prestados pelas embarcações da Companhia no apoio às atividades de monitoramento ambiental, meteoceanografia, aquisição e processamento de dados geofísicos, entre outros, que possuem prazos de recebimento similares aos aplicados para clientes terceiros da Companhia.

Os saldos a receber de O'Briens do Brasil, correspondem a serviços de consultoria prestados pela Companhia. Os prazos de vencimento dos saldos a receber são similares aos aplicados pela Companhia com seus clientes.

Os saldos a receber de Servmar, correspondem a aluguel de equipamentos da Companhia no apoio às atividades de atendimento emergenciais às contingências para combate a vazamento de petróleo e seus derivados, entre outros. Os prazos de vencimento dos saldos a receber são similares aos aplicados pela Companhia com seus clientes.

Todos os contratos de empréstimos firmados entre a Companhia e suas investidas possuem valor determinado e prazo indeterminado para pagamento, sem incidência de juros. A seguir é apresentada a movimentação dos saldos de empréstimos a pagar a partes relacionadas e a receber de partes relacionadas, nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019:

Empréstimos a pagar a partes relacionadas					
Controladora					
31/12/19	Captações	30/09/20	31/12/18	Amortizações	30/09/19
50.743	16.000	66.743	53.083	(1.600)	51.483

Empréstimos a pagar a partes relacionadas					
Controladora					
01/07/20	Captações	30/09/20	01/07/19	Amortizações	30/09/19
56.743	10.000	66.743	51.883	(400)	51.483

Empréstimos a receber de partes relacionadas	
Controladora	
Saldo em 31/12/2019	1.390
Variação cambial	530
Recebimentos	(649)
Empréstimos concedidos	26.819
Saldo em 30/09/2020	28.090
Saldo em 01/07/2020	1.244
Variação cambial	37
Recebimentos	(5)
Empréstimos concedidos	26.814
Saldo em 30/09/2020	28.090

Empréstimos a receber de partes relacionadas	
Controladora	
Saldo em 31/12/2018	26.438
Variação cambial	3.525
Recebimentos	(7.461)
Empréstimos concedidos	27.707
Saldo em 30/09/2019	50.209
Saldo em 01/07/2018	46.163
Variação cambial	3.965
Recebimentos	(1.181)
Empréstimos concedidos	1.262
Saldo em 30/09/2019	50.209

Com o agravamento do cenário econômico e do setor de petróleo em 2016, o Grupo decidiu postergar os novos investimentos em embarcações previstos e, objetivando otimizar os recursos de caixa da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os recursos disponíveis na OceanPact Navegação, foi firmado um contrato de empréstimo entre a Companhia e esta parte relacionada, sem juros e com prazo indeterminado, o que demandou pagamento de IOF no valor de R\$750 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Nenhum saldo de contas a receber de partes relacionadas possui provisão para perdas constituída em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, e nenhuma despesa foi reconhecida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e em 30 de setembro de 2019, referentes a saldos com partes relacionadas considerados incobráveis ou de liquidação duvidosa.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas administrativas com suas investidas O'Brien's do Brasil (vigente até dezembro de 2020), OceanPact Geociências (vigente até 31 de dezembro de 2020), sua controlada OceanPact Navegação. (vigente até 31 de dezembro de 2020) e Servmar (vigente até dezembro de 2020). Pelos contratos, a Companhia deve ser reembolsada em um percentual, negociado entre as partes, dos seus gastos administrativos (pessoal, material de escritório etc.), pois suas coligadas se beneficiam de sua estrutura. O saldo a receber das investidas, em 30 de setembro de 2020, referente a compartilhamento de despesas é de R\$747 (R\$1.085 em 31 de dezembro de 2019).

Consolidado					
30/09/2020					
Companhias	Cientes	Compartilhamento de despesas a receber	Empréstimos A receber	Outros valores a receber	Fornecedores
O'Brien's do Brasil	21	91	112	1	(20)
OceanPact Mexico	-	-	1.276	-	-
Total	21	91	1.388	1	(20)

Consolidado						
31/12/2019						
Companhias	Cientes	Compartilhamento de despesas a receber	Empréstimos		Outros valores a receber	Fornecedores
			A receber	A pagar		
O'Brien's do Brasil	47	143	80	(38)	1	(125)
OceanPact Mexico	-	-	1.390	-	-	-
Total	47	143	1.470	(38)	1	(125)

Consolidado								
Companhias	01/07/20 a 30/09/20		01/07/19 a 30/09/19		01/01/20 a 30/09/20		01/01/19 a 30/09/19	
	Receitas	Custos e despesas						
O'Brien's do Brasil	59	(943)	132	(477)	139	(1.542)	204	(968)
Total	59	(943)	132	(477)	139	(1.542)	204	(968)

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.a. Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, totalmente integralizado, era de R\$34.567, representado por 4.900.627 ações ordinárias e, após aumento de capital ocorrido em 28 de setembro de 2020 passou a ser R\$42.999 representado por 5.128.427 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Em 30 de setembro de 2020	
	Quantidade de ações ⁽¹⁾	Participação (%)
Acionista controlador (pessoa física)	2.926.703	59,0%
Dyna II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	1.300.627	26,2%
Acionistas minoritários	734.167	14,8%
Ações em tesouraria	166.930	-
Total	5.128.427	100%

Acionistas	Em 31 de dezembro de 2019	
	Quantidade de ações ⁽¹⁾	Participação (%)
Tinharé Participações S.A.	3.600.000	73,5%
Dyna II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	1.300.627	26,5%
Total	4.900.627	100%

(1) Antes do desmembramento de ações ocorrido em 7 de dezembro de 2020, divulgado na nota explicativa nº 35.

Em 29 de setembro de 2020 foi realizado aumento de capital da Companhia, decorrente da incorporação reversa da Tinharé Participações S.A., no montante de R\$8.432 mil, passando o capital social da Companhia a ser de R\$42.999, dividido em 5.128.427 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

A Tinharé Participações S.A., anteriormente holding não operacional da OceanPact Serviços mantinha somente investimento na Companhia e, após a incorporação reversa, esta empresa foi extinta. Com a incorporação da Tinharé Participações S.A., foram mantidas em tesouraria 227.800 ações, em conta redutora de patrimônio líquido, podendo essas serem utilizadas pela OceanPact para concessão de ações a administradores ou funcionários.

Nesse contexto, após a incorporação reversa da Tinharé Participações S.A., foram concedidas a determinados executivos da Companhia, em 29 de setembro de 2020, 60.870 ações da Companhia, anteriormente mantidas em tesouraria, com valor equivalente a R\$2.252 tendo como contrapartida o reconhecimento como despesa de pessoal no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Considerando a existência de direito de recompra das ações pelos acionistas controladores da OceanPact pelo valor contábil delas, a Companhia entende que os valores justos das ações concedidas aos seus executivos se aproximam dos seus valores contábeis. Após a referida concessão, a OceanPact passou a manter 166.930 ações em tesouraria, equivalente a R\$6.180, em conta redutora do patrimônio líquido.

26.b. Reservas de capital

Representa o ágio recebido no valor de R\$78.701 sobre a emissão de 1.300.627 ações em 2013, subscritas pelo acionista Dyna II Fundo Investimento em Participações, menos os gastos necessários à emissão das novas ações, que somaram R\$2.354.

Em 2014, o acionista Dyna II Fundo Investimento em Participações realizou um aporte adicional de R\$7.242, referente à diferença entre o resultado previsto no momento da avaliação e o resultado efetivo em 31 de dezembro de 2013, conforme previsto em cláusula contratual. Este aporte não representa um aumento de participação acionária do referido acionista e foi reconhecido como reserva de capital de ágio.

O saldo de reservas de capital se manteve inalterado nas datas-bases apresentadas nestas informações financeiras intermediárias.

26.c. Reservas de lucros e distribuição de lucros

- i. Reserva legal: a Companhia, nos períodos apresentados, está dispensada de constituir reserva legal porque o saldo desta conta, acrescido do saldo das contas de reservas de capital, excede o limite de 30% do capital social, conforme definido pelo art. 193 da Lei nº 6.404/76.
- ii. Reserva para investimento: representa o saldo de lucros retidos para investimento na atividade da Companhia, baseado em seu orçamento de capital.
- iii. Distribuição de lucros: aos acionistas é garantido em estatuto, um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

26.d. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Dividendos e JCP a pagar	13.837	13.519	13.837	13.525
	<u>13.837</u>	<u>13.519</u>	<u>13.837</u>	<u>13.525</u>

26.e. Resultado básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em aberto durante o exercício.

Para os períodos apresentados, os resultados básico e diluído por ação da Companhia são equivalentes, considerando que a Companhia e suas controladas não possuem nenhum instrumento com potencial dilutivo. A média ponderada da quantidade de ações ordinárias utilizadas no cálculo corresponde à quantidade de ações em circulação média dos períodos apresentados.

	01/01/20 a 30/09/20 ⁽¹⁾	01/01/19 a 30/09/19 ⁽¹⁾
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(Reapresentado) (16.862)	(Reapresentado) (5.360)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	<u>122.526.775</u>	<u>122.515.675</u>
Resultado por ação básico e diluído (em R\$)	(0,14)	(0,04)

	01/07/20 a 30/09/20 ⁽¹⁾	01/07/19 a 30/09/19 ⁽¹⁾
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(Reapresentado) (4.044)	(Reapresentado) (7.396)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	122.548.750	122.515.675
Resultado por ação básico e diluído (em R\$)	(0,03)	(0,06)

⁽¹⁾ Considera o desmembramento de ações ocorrido em 7 de dezembro de 2020, divulgado na nota explicativa nº 35.

26.f. Outros resultados abrangentes

Em conformidade com o disposto no CPC 02 (R2) Efeitos das Mudanças de Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras, equivalente à IAS 21, que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão", decorrente da conversão das demonstrações financeiras e suas controladas no exterior e da conversão dos respectivos ágios oriundos das suas aquisições, quando aplicável. Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o saldo desta rubrica era credor em R\$51.302 e R\$11.131, respectivamente. Essa variação deve-se, principalmente, pelas variações ocorridas nas principais moedas funcionais das controladas, diferentes do Real (vide nota explicativa nº 2.4).

27. RECEITA

	Controladora			
	01/07/20 a 30/09/20	01/07/19 a 30/09/19	01/01/20 a 30/09/20	01/01/19 a 30/09/19
Serviços prestados no país	99.624	60.022	342.521	172.935
Serviços prestados no exterior	178	234	585	755
Receita bruta	99.802	60.256	343.106	173.690
Tributos sobre receita (*)	(10.508)	(5.991)	(37.479)	(17.801)
Receita líquida	<u>89.294</u>	<u>54.265</u>	<u>305.627</u>	<u>155.889</u>

(*) Referente aos tributos incidentes sobre a receita, sendo 7,6% referente à COFINS, 1,65% ao PIS e 2% a 5% ao ISS sobre os serviços prestados.

	Consolidado			
	01/07/20 a 30/09/20	01/07/19 a 30/09/19	01/01/20 a 30/09/20	01/01/19 a 30/09/19
Serviços prestados no país	177.540	110.788	540.815	318.975
Serviços prestados no exterior	(1.662)	(116)	6.088	2.816
Receita bruta	175.878	110.672	546.903	321.791
Tributos sobre receita (*)	(19.437)	(11.346)	(60.859)	(32.344)
Receita líquida	<u>156.441</u>	<u>99.326</u>	<u>486.044</u>	<u>289.447</u>

(*) Referente aos tributos incidentes sobre a receita, sendo 7,6% referente à COFINS, 1,65% ao PIS e 2% a 5% ao ISS sobre os serviços prestados.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, os principais clientes da Companhia foram Petrobras Petróleo Brasileiro S.A., Modec Serviços de Petróleo do Brasil Ltda. e AET Brasil Serviços STS Ltda., responsáveis por 38%, 15% e 12% da receita bruta da Companhia. O cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 48% do total da receita bruta consolidada e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. e Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística), representou 57% da receita bruta consolidada do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, os principais clientes da Companhia foram Petrobras Petróleo Brasileiro S.A., Dommo Energia S.A. e AET Brasil Serviços STS Ltda., responsáveis por 40%, 10% e 9% da receita bruta da Companhia. O cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 48% do total da receita bruta consolidada e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. e Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística), representou 69% da receita bruta consolidada do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: (i) embarcações e (ii) serviços.

O principal tomador de decisões da Companhia não analisa determinadas contas de resultado tais como resultado financeiro, tributos sobre o lucro, além das contas patrimoniais segregadas por segmento operacional. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

As principais informações sobre resultado por segmento de negócio, estão resumidas a seguir:

<u>Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020</u>	<u>Embarcações</u>	<u>Serviços</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida	302.736	183.308	486.044
Custo dos serviços	(216.260)	(150.189)	(366.449)
Lucro bruto	86.476	33.119	119.595
Despesas gerais e administrativas	(23.920)	(27.021)	(50.941)
Equivalência patrimonial	-	1.755	1.755
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	1.101	8.804	9.905
EBIT	63.657	16.657	80.314
(+) Depreciação e amortização	21.932	31.230	53.162
EBITDA	85.589	47.887	133.476
EBITDA			133.476
Depreciação e amortização			53.162
Resultado financeiro			(108.619)
Tributos sobre o lucro			11.443
Prejuízo do período			(16.862)

<u>Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019</u>	<u>Embarcações</u>	<u>Serviços</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida	160.062	129.385	289.447
Custo dos serviços	(128.409)	(107.099)	(235.508)
Lucro bruto	31.653	22.286	53.939
Despesas gerais e administrativas	(15.778)	(13.774)	(29.552)
Equivalência patrimonial	-	1.253	1.253
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(557)	(929)	(1.486)
EBIT	15.318	8.836	24.154
(+) Depreciação e amortização	34.573	10.877	45.450
EBITDA	49.891	19.713	69.604
EBITDA			69.604
Depreciação e amortização			(45.450)
Resultado financeiro			(25.367)
Tributos sobre o lucro			(4.147)
Prejuízo do período			(5.360)
<u>Período de três meses findo em 30 de setembro de 2020</u>	<u>Embarcações</u>	<u>Serviços</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida	91.795	64.646	156.441
Custo dos serviços	(72.792)	(47.607)	(120.399)
Lucro bruto	19.003	17.039	36.042
Despesas gerais e administrativas	(8.943)	(10.475)	(19.418)
Equivalência patrimonial	-	(216)	(216)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	1.913	(1.494)	419
EBIT	11.973	4.854	16.827
(+) Depreciação e amortização	6.476	13.664	20.140
EBITDA	18.449	18.518	36.967
EBITDA			36.967
Depreciação e amortização			(20.140)
Resultado financeiro			(21.935)
Tributos sobre o lucro			1.064
Prejuízo do período			(4.044)
<u>Período de três meses findo em 30 de setembro de 2019</u>	<u>Embarcações</u>	<u>Serviços</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida	55.837	43.489	99.326
Custo dos serviços	(46.625)	(35.343)	(81.968)
Lucro bruto	9.212	8.146	17.358
Despesas gerais e administrativas	(6.121)	(4.938)	(11.059)
Equivalência patrimonial	-	2.351	2.351
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(240)	(479)	(719)
EBIT	2.851	5.080	7.931
(+) Depreciação e amortização	12.033	2.684	14.717
EBITDA	14.884	7.764	22.648
EBITDA			22.648
Depreciação e amortização			(14.717)
Resultado financeiro			(18.499)
Tributos sobre o lucro			3.172
Prejuízo do período			(7.396)

A receita segmentada por área de atuação da Companhia está apresentada a seguir:

Receita líquida consolidada	Período de nove meses findo em		Período de três meses findo em	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Ambiental:	261.150	172.371	82.137	53.506
Embarcações	139.982	98.602	41.902	31.028
Serviços	121.168	73.769	40.235	22.478
Subsea:	150.590	10.134	54.847	6.996
Embarcações	119.066	10.092	40.189	6.973
Serviços	31.524	42	14.658	23
Logística e Engenharia:	74.304	106.942	19.457	38.824
Embarcações	43.688	51.368	9.704	17.837
Serviços	30.616	55.574	9.753	20.987
Receita líquida total	486.044	289.447	156.441	99.326

A Companhia e suas controladas operam nas seguintes áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Noruega, Uruguai, México, Holanda, Ilhas Cayman e Reino Unido. Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto a seguir:

	Consolidado	
	01/01/20 a	01/01/19 a
	30/09/20	30/09/19
Brasil	479.956	286.631
Outros países	6.088	2.816
Receita líquida consolidada	486.044	289.447

	Consolidado	
	30/09/20	31/12/19
	Brasil	529.057
Outros países	188.697	131.791
Ativos não circulantes consolidado	717.754	503.830

29. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora			
	01/07/20 a	01/07/19 a	01/01/20 a	01/01/19 a
	30/09/20	30/09/19	30/09/20	30/09/19
Pessoal	34.773	20.334	94.692	56.747
Aluguéis e afretamentos	8.964	852	27.218	8.883
Depreciação e amortização (*)	8.595	10.034	22.621	28.612
Viagens, transportes e refeições	3.205	2.546	9.902	6.165
Serviços de terceiros	14.286	6.127	57.253	15.100
Insumos e manutenção	10.538	7.113	31.302	20.031
Tributos e despesas legais	387	236	1.337	624
Outros custos e despesas	6.088	5.502	10.227	4.753
Total	86.836	52.744	254.552	140.915
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	73.866	46.921	223.857	127.230
Despesas gerais e administrativas	12.970	5.823	30.695	13.685
	86.836	52.744	254.552	140.915

	Consolidado			
	01/07/20 a 30/09/20	01/07/19 a 30/09/19	01/01/20 a 30/09/20	01/01/19 a 30/09/19
Pessoal	58.573	39.803	166.393	120.554
Aluguéis e afretamentos	1.901	2.192	23.180	18.264
Depreciação e amortização (*)	19.554	14.615	51.472	42.758
Viagens, transportes e refeições	4.247	3.260	14.061	8.763
Serviços de terceiros	26.901	12.190	80.950	34.139
Insumos e manutenção	18.531	8.883	60.654	26.007
Tributos e despesas legais	756	397	2.050	1.124
Outros custos e despesas	9.354	11.687	18.630	13.451
Total	139.817	93.027	417.390	265.060
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	120.399	81.968	366.449	235.508
Despesas gerais e administrativas	19.418	11.059	50.941	29.552
	139.817	93.027	417.390	265.060

(*) Custos de depreciação inclui créditos de PIS e COFINS no valor de R\$815 na controladora e R\$1.690 no consolidado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 (R\$2.033 na controladora e R\$2.829 no consolidado no mesmo período de 2019).

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora			
	01/07/20 a 30/09/20	01/07/19 a 30/09/19	01/01/20 a 30/09/20	01/01/19 a 30/09/19
Multas contratuais – clientes	2.821	(6)	2.266	(168)
Variação valor justo contraprestação contingente	(1.000)	-	(1.000)	-
Ganho (Perda) na venda de ativo imobilizado	-	(218)	-	(218)
Outras receitas e despesas operacionais	(545)	1	(545)	5
Totais	1.276	(223)	721	(381)

	Consolidado			
	01/07/20 a 30/09/20	01/07/19 a 30/09/19	01/01/20 a 30/09/20	01/01/19 a 30/09/19
Multas contratuais – clientes	1.832	(25)	649	(553)
Variação valor justo contraprestação contingente	(1.000)	-	(1.000)	-
Ganho (Perda) na venda de ativo imobilizado (*)	-	734	10.444	882
Outras receitas e despesas operacionais	(413)	(1.428)	(188)	(1.815)
Totais	419	(719)	9.905	(1.486)

(*) Ganho reconhecido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 decorrente principalmente de venda de um item relevante de imobilizado referente à barreira de proteção contra vazamento de óleo. O caixa recebido por esta venda foi de R\$21.675 e o valor residual contábil na data da venda era de R\$11.231.

31. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora			
	01/07/20 a 30/09/20	01/07/19 a 30/09/19	01/01/20 a 30/09/20	01/01/19 a 30/09/19
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	150	109	300	277
Variações cambiais	2.013	5.157	4.708	8.752
Juros	19	108	223	286
Outras receitas	1	1	1	47
	<u>2.183</u>	<u>5.375</u>	<u>5.232</u>	<u>9.362</u>
Despesas financeiras				
Juros e encargos bancários	(3.024)	(1.751)	(9.149)	(4.511)
Variações cambiais	(4.073)	(1.953)	(7.452)	(5.836)
Juros e encargos – arrendamentos	(961)	(1.035)	(2.442)	(3.116)
Multas e outras despesas	(1.239)	(8)	(1.461)	(134)
	<u>(9.297)</u>	<u>(4.747)</u>	<u>(20.504)</u>	<u>(13.597)</u>
Resultado líquido financeiro	<u>(7.114)</u>	<u>628</u>	<u>(15.272)</u>	<u>4.235</u>
Consolidado				
	01/07/20 a 30/09/20	01/07/19 a 30/09/19	01/01/20 a 30/09/20	01/01/19 a 30/09/19
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	283	280	767	671
Variações cambiais	15.848	8.689	19.946	30.066
Juros	58	198	351	473
Outras receitas	142	7	174	57
	<u>16.331</u>	<u>9.174</u>	<u>21.238</u>	<u>31.267</u>
Despesas financeiras				
Juros e encargos bancários	(7.327)	(3.525)	(18.939)	(9.763)
Variações cambiais	(27.903)	(23.039)	(105.018)	(43.172)
Juros e encargos – arrendamentos	(1.606)	(1.037)	(3.226)	(3.329)
Multas e outras despesas	(1.832)	(72)	(2.674)	(370)
	<u>(38.668)</u>	<u>(27.673)</u>	<u>(129.857)</u>	<u>(56.634)</u>
Resultado líquido financeiro	<u>(22.337)</u>	<u>(18.499)</u>	<u>(108.619)</u>	<u>(25.367)</u>

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores contabilizados no resultado dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019 estão discriminados a seguir.

	Controladora			
	01/07/20 a 30/09/20	01/07/19 a 30/09/19	01/01/20 a 30/09/20	01/01/19 a 30/09/19
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(5.047)	(6.493)	(4.262)	707
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota vigente	1.716	2.208	1.449	(240)
Efeito sobre equivalência patrimonial	(681)	(2.535)	(13.547)	(3.281)
Despesas indedutíveis e outras adições (exclusões)	(32)	(576)	(502)	(2.546)
IRPJ e CSLL	<u>1.003</u>	<u>(903)</u>	<u>(12.600)</u>	<u>(6.067)</u>
IRPJ e CSLL Corrente	-	(4)	(18.621)	(2.349)
IRPJ e CSLL Diferido	1.003	(899)	6.021	(3.718)

	Consolidado			
	01/07/20 a 30/09/20	01/07/19 a 30/09/19	01/01/20 a 30/09/20	01/01/19 a 30/09/19
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(5.108)	(10.568)	(28.305)	(1.213)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota vigente	1.737	3.593	9.624	412
Efeito sobre equivalência patrimonial	(73)	799	597	426
Efeito sobre prejuízo fiscal - Investidas exterior	(99)	(405)	(990)	(1.362)
Despesas indedutíveis e outras adições (exclusões)	(501)	(815)	2.212	(3.623)
IRPJ e CSLL	<u>1.064</u>	<u>3.172</u>	<u>11.443</u>	<u>(4.147)</u>
IRPJ e CSLL Corrente	(2.758)	(534)	(24.052)	(3.432)
IRPJ e CSLL Diferido	3.822	3.706	35.495	(715)

33. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar seguros em montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 30 de setembro de 2020, as principais apólices de seguro contratadas com terceiros que a Companhia e suas controladas possuem são as seguintes:

<u>Natureza do seguro / item segurado</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Vigência (*)</u>	<u>Valor segurado</u>
Embarcações	West of England	Dez/2020	426.944
Responsabilidade civil	Fairfax Brasil	Dez/2020	n/a

(*) As apólices de seguro contratadas pelo Grupo são renovadas anualmente.

34. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As transações apresentadas a seguir não envolveram caixa nos períodos apresentados:

- o Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possui o valor a pagar de R\$2.236 na controladora e R\$4.360 no consolidado, referente à aquisição de imobilizado com pagamento previsto para ocorrer no quarto trimestre de 2020 (em 30 de setembro de 2019 existia saldo a pagar de R\$3.100 na controladora e R\$4.380 no consolidado referente à aquisição de ativo imobilizado pago no quarto trimestre de 2019).
- o Conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14.1, a Companhia adquiriu, em 20 de agosto de 2020, o controle da empresa SLP e o valor pago por essa aquisição foi o empréstimo a terceiros que a Companhia detinha com esta parte.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES (Reapresentado)

Acidente envolvendo embarcação

A embarcação Carmen, de propriedade da Companhia, com 322 toneladas de porte bruto (TPB), representativa de 0,8% da tonelagem da frota da Companhia, afretada a casco nu pela controlada OceanPact Geociências com o objetivo de execução de serviços de aquisição de dados oceanográficos, naufragou no dia 20 de novembro de 2020, a cerca de 98 km do Cabo de São Tomé, na Bacia de Campos, sem deixar vítimas.

Para enfrentamento deste cenário, as seguintes ações foram tomadas pela Companhia:

- Resgate imediato e apoio incondicional com acompanhamento psicológico a todos os tripulantes e seus familiares;
- Informação imediata à Marinha do Brasil e ao IBAMA;
- Acionamento imediato do Programa de Resiliência da empresa, com a criação imediata do Time de Gestão de Emergência, nível operacional da gestão da resposta, e o Time de Gestão de Crise, com envolvimento da diretoria técnica e da alta gestão;
- Acionamento de embarcações para atuar no suporte necessário ao sinistro;
- Definição e execução do plano de contingência com atenção aos possíveis impactos ambientais e mitigação de riscos;
- Acionamento da seguradora emissora da apólice de seguro de Casco e Máquinas, responsável pelo CARMEN, cuja cobertura de sinistro tem valor indenizável aproximado de US\$1 milhão (um milhão de dólares americanos) - o valor residual contábil em 30 de setembro de 2020 desta embarcação era R\$175;
- Acionamento da seguradora (Clube de P&I West of England) emissora da apólice de seguro P&I ("Protection and Indemnity"), responsável pela frota, cuja cobertura de sinistro tem valor indenizável de US\$ 8 bilhões (oito bilhões de dólares americanos), limitado a US\$ 1 bilhão (um bilhão de dólares americanos) para danos ambientais envolvendo poluição;
- Instalação de uma comissão de investigação independente com participação de empresa de renome internacional para apurar as causas do incidente.

Já foi apurado que a embarcação afundou com 64 m3 de óleo a bordo (diesel, fluido hidráulico e lubrificante); que pequenos filmes oleosos foram observados na superfície nos primeiros dias após o incidente através de sobrevoos, que está assentado no fundo do mar longe de qualquer ativo submarino ou de áreas ambientalmente sensíveis; e que não há mais sinal de vazamento de óleo.

A Administração estima que outras embarcações similares, que atendam os mesmos requisitos técnicos para as prestações de serviços contratados pela embarcação Carmen, estarão disponíveis para substituí-la de forma a atender às demandas contratadas sem efeito significativo no resultado dos projetos planejados.

Novos arrendamentos

Nos meses de outubro e novembro de 2020 foram firmados dois novos contratos de arrendamento das embarcações Havila Harmony e UP Água Marinha, com prazos contratuais de 3 anos, que representaram um incremento no ativo e passivo da Companhia, em termos consolidados, de R\$65.003.

Plano de concessão de ações

Em 27 de novembro de 2020, a assembleia geral da Companhia aprovou um Plano de Concessão de Ações autorizando a outorga de 89.553 (oitenta e nove mil quinhentas e cinquenta e três) das ações ordinárias de emissão da Companhia que haviam sido destinadas à tesouraria no âmbito da incorporação da Tinharé Participações S.A., aprovada em 29 de setembro de 2020. Ainda em 27 de novembro de 2020, com aprovação do Conselho de Administração, foi realizada a concessão de tais ações a diretor da Companhia, ficando sujeitas, porém, nos termos do contrato de concessão, a Períodos de Restrição (em que não podem ser transferidas ou oneradas e se sujeitam a opções de recompra pela Companhia em caso de desligamento ou falecimento) que se estendem até a conclusão de seus respectivos Períodos de Aquisição (conforme definidos no respectivo contrato). Por força dessa concessão, foi reconhecida uma despesa no valor de R\$4.572 no mês de novembro de 2020.

Parcelamento de tributos

No dia 26 de novembro de 2020 foi solicitado junto ao sistema e-CAC da Receita Federal do Brasil parcelamento ordinário de impostos e contribuições federais em montante equivalente a R\$ 22.671, sendo estes de naturezas diversas. A requisição foi aprovada posteriormente pelo órgão competente com prazo de pagamento de 60 meses, incluindo custos de 20% de multa sobre o montante total mais atualização pela Selic.

Novas captações de empréstimos e financiamentos

Em 28 de outubro de 2020, a Companhia contratou empréstimo com o Banco BBM a uma taxa de CDI + 4,4% a.a. no montante de R\$ 10.000 para capital de giro, com carência de 7 meses e prazo total de 59 meses.

Em 13 de novembro de 2020, a Companhia contratou empréstimo com o Banco ABC a uma taxa de CDI + 4,5% a.a. no montante de R\$ 10.000 para capital de giro, com carência de 12 meses e prazo total de 48 meses.

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia contratou empréstimo com o Banco Votorantim a uma taxa de CDI + 4,5% a.a. no montante de R\$ 10.000 para capital de giro, com carência de 12 meses e prazo total de 36 meses.

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada Servmar, contratou empréstimo com o Banco BBM a uma taxa de CDI + 4,4% a.a. no montante de R\$ 10.000 para capital de giro, com carência de 7 meses e prazo total de 60 meses.

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada OceanPact Geociências, contratou empréstimo com o Banco BBM a uma taxa de CDI + 4,4% a.a. no montante de R\$ 10.000 para capital de giro, com carência de 7 meses e prazo total de 60 meses.

Obrigações não pecuniárias das debêntures

Em 4 de novembro de 2020, a Companhia identificou e prontamente informou ao agente fiduciário acerca de atraso no cumprimento de determinadas obrigações não pecuniárias no âmbito de sua primeira emissão de debêntures relacionadas à (i) não apresentação do protocolo do instrumento de alienação fiduciária sobre a embarcação Seabulk Angra perante a Capitania dos Portos no prazo previsto na escritura da Primeira Emissão, (ii) não apresentação de cópias eletrônicas registradas em cartório, dos termos de liberação relativos às CCBs com Banco Bradesco S.A., e (iii) notificação da cessão fiduciária relativa ao contrato Petrobras, ao agente fiduciário da Primeira Emissão.

A Companhia, antes da data de aprovação destas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas reapresentadas, recebeu aprovação formal dos bancos, onde estes renunciaram ao direito de declarar o vencimento antecipado dos saldos devidos pela Companhia, embora as obrigações não pecuniárias das debêntures mencionadas no parágrafo acima tenham sido cumpridas fora do prazo determinado inicialmente. Nesse contexto, a Assembleia Geral dos Debenturistas, realizada em 15 de dezembro de 2020 e arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 31 de dezembro de 2020, deliberou sobre a não declaração de vencimento antecipado das debêntures por parte dos debenturistas, em função do atraso no cumprimento das obrigações não pecuniárias anteriormente mencionadas.

Abertura do capital

Em ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de dezembro de 2020, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 2020, foi aprovada a abertura do capital da Companhia e submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, Categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7/12/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") e o desmembramento das ações da Companhia de 1 para 25 ações.

2a liberação debêntures

Em 1º de outubro de 2020 foram liberados recursos de R\$15.626 em favor da Companhia, referente à 2ª liberação das debêntures emitidas, nas condições estabelecidas e divulgadas na nota explicativa nº 21.2.
